

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

HYNGRID LORENNALeiaite Fraade

**GARANTIA DO DIREITO DOS COMPANHEIROS NA UNIÃO ESTÁVEL:
ESTUDO DOS CASOS APRESENTADOS NOS ANOS 2015-2016 NA
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, NÚCLEO SANTA RITA – PB**

SANTA RITA - PB

2017

HYNGRID LORENNNA LEITE FRADE

**GARANTIA DO DIREITO DOS COMPANHEIROS NA UNIÃO ESTÁVEL:
ESTUDO DOS CASOS APRESENTADOS NOS ANOS 2015-2016 NA
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, NÚCLEO SANTA RITA – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Área de Concentração: Direito Civil

Orientador: Prof. Dr. Adriano Marteleto Godinho

Santa Rita

2017

Frade, Hyngrid Loreнна Leite.

F799g Garantia do Direito dos companheiros na união estável: estudo dos casos apresentados no anos 2015-2016 na Defensoria Pública Estadual, Núcleo Santa Rita - PB / Hyngrid Loreнна Leite Frade – Santa Rita, 2017. 118f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientador: Prof^o. Dr. Adriano Marteleto Godinho.

1. Entidade Familiar. 2. União Estável. 3. Defensoria Pública. 4.
Direitos Sucessórios. I. Godinho, Adriano Marteleto. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 347.61:343

HYNGRID LORENNNA LEITE FRADE

**GARANTIA DO DIREITO DOS COMPANHEIROS NA UNIÃO ESTÁVEL:
ESTUDO DOS CASOS APRESENTADOS NOS ANOS 2015-2016 NA
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, NÚCLEO SANTA RITA – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba, como exigência
parcial da obtenção do título de Bacharel em
Ciências Jurídicas.

Área de Concentração: Direito Civil

Orientador: Prof. Dr. Adriano Marteleto Godinho

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Adriano Marteleto Godinho (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa

Prof.^a Mes. Manuela Braga Galindo

Ao meu avô, Francisco Ferreira Leite (Sobrinho Ferreira).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus por me permitir estar concretizando mais um sonho. Que os Vossos planos sempre se concretizem em minha vida e que continue sempre andando segundo Vossa vontade com Tua presença.

À minha linda e amada mãe, Rosângela, e sua fiel amiga e também minha mãe do coração, Fabiana, por sempre estarem comigo e nunca medirem esforços para que eu conseguisse chegar até aqui. Eu nunca ei de conseguir agradecer o que vocês fazem por mim, nem expressar o tamanho do meu amor por vocês.

Aos meus avós maternos Francisco e Francisca, que em vida, nunca desistiram dos meus sonhos e sempre caminharam comigo. Meu amor e admiração por vocês vão além desta vida.

Aos meus tios, por me darem todo amor e suporte para que eu pudesse estudar, abrindo todas as portas para que eu construísse meu futuro e realizasse meus sonhos, bem como a toda minha família (primos, primas e seus respectivos companheiros e companheiras), por sempre torcerem, me auxiliarem nos momentos difíceis e me incentivarem tanto! Esta vitória é também de cada de um de vocês!

Ao meu companheiro e amor da minha vida, Dorgielyson, por me dar todo amor, compreensão e atenção do mundo durante todo o período de tempo que estamos juntos, principalmente quando da realização deste trabalho.

A minha grande amiga Ayllana e minhas irmãs Hérika e Larissa, com as quais divido minhas emoções e felicidades.

Agradeço também aos meus grandes amigos que a faculdade me deu, em especial aos da Ala Leste (Arthuro, Ericleston Tháís, Melyssa, Alyen, Rafael, Rafaela, Yuri, Stephanie, Diego, Rayanne e Karen), e aos demais como Laís Ferreira, Juliana, Ramiro, Pyrscilla e Lamec. Obrigada por tudo. Eu nunca conseguiria sem vocês.

As pedrinhas preciosas que a academia me presenteou: Rayanne, Karen Emília, Antônio e Stephanie. O caminho ficou mais bonito e leve por ter vocês.

Ao meu professor orientador Adriano Godinho, por todo trabalho, atenção e gentileza a mim despendidos. É uma honra ser sua orientanda.

Ao professor Ronaldo Alencar e ao meu colega de monitoria Thiago Alves, por vivenciarem comigo a experiência da monitoria da disciplina de Direito Econômico, sendo tão solícitos e compreensivos. Eu os admiro muito.

Agradeço também a todas as defensoras públicas estaduais, do núcleo de Santa Rita- PB, Dra. Fátima Dantas e à todas do núcleo de Cabedelo-PB, bem como a todos os meus colegas de estágio. Vocês me ajudaram a crescer de maneira pessoal e profissionalmente, sempre me ajudando quando eu mais precisei e com lições que eu jamais esquecerei.

Por fim, agradeço a todas e todos que foram por mim atendidos nos dois anos de estágio na Defensoria Pública Estadual. Vocês me ensinaram o que vai muito além dos manuais, da lei positivada e do que se estuda em sala de aula: valores humanos, profissionais e o qual o real papel do Direito na sociedade, além de inspirarem o tema deste presente trabalho.

“A lei escrita pode ser obra de uma ilusão, de um capricho, de um momento de pressa, ou qualquer outra causa menos ponderável; o uso, por isso mesmo que tem o consenso diuturno de todos, exprime a alma universal dos homens e das coisas.”

(Machado de Assis)

RESUMO

Por meio de estudos de caso e da análise da legislação pertinente, a monografia objetiva a verificação da garantia do direito dos companheiros nos casos concretos de união estável. Realiza-se uma pesquisa sobre o instituto da união estável, sua positivação e como o judiciário vem aplicando os dispositivos legais em relação aos direitos dos companheiros. Utiliza-se o método de análise de casos e por meio dedutivo. O trabalho tem como objetivo principal a análise da garantia do direito dos companheiros na união estável sob o âmbito dos casos apresentados nos anos 2015-2016 na Defensoria Pública Estadual, núcleo Santa Rita – PB. Quanto ao procedimento, o método utilizado foi o histórico e analítico. A técnica de pesquisa aplicada fora realizada através da pesquisa bibliográfica e processual para o estudo de caso. No primeiro capítulo faz-se um apanhado histórico do instituto, bem como as novas formas de constituir família, entre elas a união estável, e como estes foram e são tratados social e juridicamente. No segundo capítulo trata da inovação do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que trata a união estável como entidade familiar e os seus reflexos na positivação infraconstitucional, culminando nos dispositivos do Código Civil de 2002 sobre o tema. No terceiro capítulo trata do papel da construção doutrinária e jurisprudencial na consolidação dos direitos dos companheiros (as), as principais decisões sobre o tema, bem como trata da Defensoria Pública, seu funcionamento e sua importância jurídica e social. No quarto capítulo se faz o estudo dos três casos selecionados de união estável apresentado na 3ª Vara de Família da Comarca de Santa Rita-PB, analisando a caracterização da união estável, bem como análise das sentenças e da importância de uma correta fundamentação na ação de reconhecimento e dissolução de união estável, para que se possa compreender como as leis e entendimentos jurisprudenciais influenciaram estas e como os direitos dos companheiros foram aplicados em cada uma delas, além de suas consequências para o mundo jurídico e pessoal das partes.

Palavras-chave: Entidade familiar. União estável. Defensoria Pública. Direitos. Companheiros.

ABSTRACT

Through case studies and analysis of the relevant legislation, the monograph aims at verifying the guarantee of the right of the companions in the concrete cases of stable union. A research is carried out about the institute of the stable union, its affirmation and how the Judiciary has been applying the legal dispositions in relation to the rights of the companions. To the Analysis of the cases it was used the deductive mean. The main objective of this work is to analyze the guarantee of the right of the companions in the stable union under the scope of the cases presented in the years 2015-2016 in the State Public Defense, nucleus Santa Rita – PB. About the procedure, the method used was historical and analytical. The applied research technique was carried out through bibliographical and procedural research for the case study. The first chapter makes a historical overview of the institute, as well as new forms of a family, including the stable union, and how they were and are treated socially and legally. The second chapter deals with the innovation of article 226 of the Constitution of The Federative Republic of Brazil of 1988, which treats the stable union as a family entity and its reflexes in the infraconstitutional law, culminating on the subject in the provisions of the Civil Code of 2002. The third chapter deals with the role of the doctrinal and jurisprudential construction in the consolidation of the rights of the companions, the main decisions on the subject, as well as talks about the Public Defense's Office, its operation and its juridical and social importance. The fourth chapter studies the three selected cases of stable union presented in the 3rd Family Court of the Santa Rita-PB Region, analyzing the characterization of the stable union, as well as the analysis of the verdicts and the importance of a correct foundation in the action of recognition and dissolution of a stable union, to understand how these are influenced by laws and jurisprudential understandings and how the rights of the companions were applied in each one of them, in addition to their consequences for the legal and personal world of the parts

.

Keywords: Family entity. Stable union. Public defense. Rights. Companions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2. DA UNIÃO ESTÁVEL.....	15
2.1. BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO	15
2.2. NOVA IDEIA DE FAMÍLIA E SEUS REFLEXOS NA UNIÃO ESTÁVEL ...	18
3. A POSITIVAÇÃO DO INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	23
3.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INOVAÇÃO DO SEU ARTIGO	23
3.2 LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL SOBRE O TEMA	25
3.3 DIREITOS DO (A) COMPANHEIRO (A) NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	29
4 O PAPEL DA CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS DOS COMPANHEIROS (AS)	36
4.1 OS AVANÇOS DOUTRINÁRIOS E DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SOBRE O TEMA	36
5 ANÁLISE DOS CASOS ACOMPANHADOS NA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, NÚCLEO SANTA RITA-PB, NOS ANOS DE 2015 E 2016	45
5.1 O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS POSITIVADOS	46
5.2 RESUMO DOS CASOS ANALISADOS	48
5.3 A CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E FUNDAMENTAÇÃO NOS CASOS ANALISADOS	52
5.4 ANÁLISE DAS SENTENÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO JURÍDICO E PESSOAL DAS PARTES.....	56
6. CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A	69
ANEXO B.....	81
ANEXO C	108

INTRODUÇÃO

O Direito, como ciência social, deve se adaptar às mudanças sociais, acompanhar suas mutações e adaptações, para que não ocasione a caducidade e desuso de suas normas e este continue a cumprir a função de reger e esclarecer, de acordo com seus inúmeros princípios, as condutas sociais.

O tema da união estável deve ser estudado com cautela e profundidade, por ser tema vasto e de enorme consequência jurídica e social, devendo, pois, esta pesquisa, objetivar aprimorar as interpretações e aplicações jurídicas no âmbito deste instituto.

Antes conhecido como concubinato, o instituto da União Estável ganha cada vez mais alusão e reconhecimento no meio jurídico e social, perdendo o título de conduta reprovável e antimoral para uma realidade absolutamente presente nas reais relações afetivas socialmente reconhecidas.

Após a sua inserção na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, fica este instituto com status de entidade familiar, adquirindo a proteção do Estado, legitimando uma prática socialmente aceitável, a qual seria originada da existência de uniões livres, diferentes daquelas que advinham de comportamento que caracterizaria adultério.

O tema geral do qual se trata o trabalho em questão é o instituto de Direito Civil De Família da União Estável, havendo, sobre este tema, inúmeros assuntos a serem discutidos, como caracterização, dissolução, direito dos companheiros aos bens na partilha e sucessão.

A delimitação do assunto sobre o tema de estudo do presente trabalho será a garantia do direito dos companheiros na união estável, para que possa ser realizada uma análise correta sobre cada um dos tópicos, sua positivação, referencial doutrinário e jurisprudencial, para que exista uma melhor aplicação deste instituto pelos juristas, esclarecida as dúvidas sobre legislação e a equiparação dos direitos do Regime Parcial de Bens aplicado ao casamento na união estável.

Fora realizada a delimitação geográfica de forma que serão analisados os casos apresentados na Defensoria Pública Estadual, Núcleo Santa Rita, Estado da Paraíba, onde a

discente responsável por esta monografia realizou atividades de estágio nos referidos anos e deparou-se com vários casos sobre o tema.

A Defensoria Pública é uma instituição pública repleta de assuntos e fatores jurídicos e sociais a serem estudados, onde os Defensores e Estagiários deparam-se com uma realidade de enormes demandas a serem cumpridas, bem como uma diversidade enorme de casos de diversas áreas e assuntos. Nesse ínterim, devido a tantos fatores, foram escolhidos os casos de união estável desta instituição, por esta possuir enorme relevância social e na garantia de acesso à justiça.

A delimitação temporal fora estabelecida na análise dos casos apresentados na Defensoria Pública, Núcleo Santa Rita, no lapso temporal dos anos de 2015 e 2016, havendo neste intervalo a seleção, autorização e análise dos casos a serem trabalhados. Insta ressaltar que nos anos de 2015 e 2016 são os anos em que a aluna responsável por esta monografia esteve em decurso na realização de estágio não obrigatório nesta instituição pública, onde, acompanhada das Defensoras Públicas, pesquisou caso a caso a ser estudado, bem como acompanhou o decurso e decisões de tais demandas.

Estudar a divisão os direitos dos(as) companheiros(as) na união estável possui grande relevância jurídica, uma vez que esta gera inúmeros reflexos jurídicos originados da aplicação deste instituto, que devem ser devidamente analisadas, bem como por ser um tema pouco trabalhado nas instituições de ensino e que possui positividade não tão esclarecedora quanto deveria ser, sob o qual ainda pairam dúvidas e divergências doutrinárias, tendo, praticamente como base de seu estudo, análises de caso e jurisprudencial.

Indiscutivelmente, a união estável possui enorme relevância social, por esta união originar uma família, e desta família resultar os reflexos jurídicos e sociais a serem estudados, sendo essa merecedora de respeito, reconhecimento jurídico-legal e atenção social.

A pesquisa possui relevância temporal, por ser um tema atual, mas efetivamente vivido socialmente há muito tempo, devendo assim ser devidamente estudado e aplicado de acordo com a realidade social e às leis que regem tal instituto.

Os objetivos dessa monografia são os de reconhecer e identificar as formas de reconhecimento de união estável que hoje são aplicadas através da legislação, analisar o entendimento jurisprudencial dos Tribunais superiores e doutrinário, sendo este extremamente

necessário para que haja sua efetiva comprovação, e, se necessário a dissolução deste instituto.

Ademais, objetiva analisar a correta aplicação dos direitos positivados dos companheiros (as) na União estável, comparando o que existe previsto legalmente e analisando juntamente com os casos concretos apresentados, bem como seus desdobramentos a partir da análise destes.

Por fim, busca, a partir dos casos concretos trazidos, dados para que melhor se possa reconhecer tal instituto e o direito existente entre as partes, impedindo a insegurança jurídica dos companheiros que vivem sob este instituto e garantindo a correta aplicação deste, para que sejam resguardados todos os direitos e deveres das partes.

A metodologia aqui a ser utilizada parte da análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, trazendo conceitos e definições de União Estável, bem como sobre a positivação e entendimentos sobre os direitos dos companheiros (as) e a forma que se dá a analogia entre o Casamento em Regime Parcial de Bens e a União estável.

Analisar-se-á, também, as leis que se aplicam ao tema, desde os dispositivos Constitucionais, até as leis infraconstitucionais e orientações jurisprudenciais sobre o tema, de maneira que se obtenha um entendimento majoritário e eficiente acerca de tal instituto, focado no direito dos companheiros, como os elementos de sua comprovação, provas necessárias e a comparação das Leis com o que de fato ocorre na realidade.

Além da análise bibliográfica, também será realizada análise a partir de casos concretos, trazidos a Defensoria Pública Estadual, Núcleo Santa Rita – PB, onde serão analisadas as decisões, o que se é pacificado pelos Tribunais e doutrinadores e como reconhecer, obtendo êxito, para a efetivação do direito dos companheiros na união estável.

Quanto ao procedimento, os métodos utilizados foram o histórico e analítico. A técnica de pesquisa aplicada fora realizada através da pesquisa bibliográfica e processual para o estudo de caso, através dos quais houvesse uma facilitação do entendimento sobre como a doutrina e jurisprudência se enquadram e podem ser observadas nos casos concretos.

Trazemos no primeiro capítulo um apanhado histórico do instituto, demonstrando as dificuldades daqueles que viviam sob a égide deste instituto jurídico antes da Constituição de 1988, bem como as novas formas de constituir família, entre elas a união estável, e como

estes foram e são tratados social e juridicamente, demonstrando que o direito deve sim acompanhar a aplicação de suas leis de acordo com os avanços e modificações sociais.

No segundo capítulo tratar-se-á do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que possui grande importância, pois reconhece a união estável como entidade familiar. Observaremos os seus reflexos na positivação infraconstitucional, com as leis que foram criadas posteriormente, na tentativa de legitimar e resguardar essas entidades familiares, e o grande marco para a união estável que foi sua positivação, ainda que insuficiente e preconceituosa – por ser demasiadamente antigo o seu projeto-, no Código Civil de 2002 sobre o tema.

No terceiro capítulo trata-se o papel da construção doutrinária e jurisprudencial na consolidação dos direitos dos companheiros (as), onde irá apresentar os principais e mais recentes julgados e doutrinas sobre o tema que visam a garantia dos direitos dos companheiros. Neste capítulo bem como trata da Defensoria Pública, seu funcionamento, institucionalização e sua suma importância jurídica e social para a promoção do acesso à justiça.

No quarto capítulo far-se-á o estudo de três casos de união estável, apresentados no núcleo de Santa Rita, da Defensoria Pública da Paraíba, e que foram protocolados na 3ª Vara de Família da Comarca de Santa Rita-PB. Irar-se-á analisar os principais requisitos de caracterização da união estável nos casos analisados, como petições, instrumentos probatórios, direitos pleiteados, bem como análise das sentenças, para que se possa compreender como as leis e entendimentos jurisprudenciais influenciaram estas e como os direitos dos companheiros foram aplicados em cada uma delas.

A união estável é tema de suma importância, tão quanto à divisão de bens em seu âmbito, e na garantia do direito dos seus companheiros, para que nenhuma das partes possa excusar-se de cumprir dever para com o outro companheiro (a) por pensar que apenas o casamento civil é garantidor de tais direitos.

Não só a falta no dever de cumprir com os direitos do outro, a correta aplicação da união estável visa também vedar o enriquecimento ilícito ou demasiado prejuízo de quem não é responsável ou não integra o instituto e age de má-fé, fazendo, pois, extremamente necessária pesquisa cautelosa sobre este instituto, para que haja a correta garantia de acesso à justiça e de efetivação de direitos.

2. DA UNIÃO ESTÁVEL

Instituto jurídico com grande precedente histórico, porém com recente aceitação social e positividade jurídica, a união estável vem sendo assunto de grandes debates na seara jurídica do Direito Civil, onde seus relevantes impactos jurídicos e sociais precisam ser estudados e regulamentados, visando a adaptação do Direito positivado às novas formas de se relacionar e suas consequências na vida civil e jurídica das partes nela presentes.

Este capítulo tratará brevemente da história de como as uniões estáveis (antigo concubinato) se deram em determinados períodos históricos, até a sua constitucionalização em 1988, tornando-se entidade familiar, bem como abordar como as novas formas de se constituir família, não se restringindo apenas àquelas constituídas a partir das formalidades do casamento, possuem legitimidade social e produzem direitos e deveres nas esferas jurídicas e da vida civil.

2.1. BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO

As famílias paralelas ou não reguladas pelas formalidades jurídicas e civis sempre existiram na sociedade brasileira, porém, por muito tempo foram ignorados pelo ordenamento jurídico, sendo este fortemente influenciado pelo Direito Canônico, principalmente na elaboração dos seus códigos que regem a vida civil (Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002).

Ao observarmos a história no contexto mundial da regulamentação das famílias, podemos ressaltar três períodos para a compreensão do tratamento do direito de família e de sua adequação social, chegando a nossa realidade atual de como a união estável é tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Na Grécia antiga não existia espaço público e privado, não havendo intervenção do Estado na família grega, sendo esta compreendida como a formação de pessoas que adoravam aos mesmos deuses.

Na Idade Média, começou a se formar a ideia do vínculo sanguíneo como base jurídica para caracterização da família, uma vez que nesse período passou a ser reforçada a ideia de propriedade privada, necessitando estabelecer herdeiros para manter os bens após a morte do patriarca.

Na idade moderna passou a ser legitimada a família através do casamento, onde havia como Pilar a preocupação com a perpetuação da propriedade privada e da monogamia da mulher.

Necessário se faz essa análise histórico-temporal, tendo em vista que o Direito brasileiro que rege o direito de família foi fortemente influenciado pelo Direito Romano e pelo Direito Canônico, ambos inspirados e derivados das ideias apresentadas supra.

"A família era, simultaneamente, uma unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional. Inicialmente, havia um patrimônio só que pertencia à família, embora administrado pelo pater. Numa fase mais evoluída do direito romano, surgiam patrimônios individuais, como os pecúlios, administrados por pessoas que estavam sob a autoridade do pater"¹

Devido a forte influência religiosa no direito brasileiro, podemos observar como no caso da união estável retrocesso legislativo, devido à moralidade religiosa a ele aplicado, conforme nos traz o autor Arnaldo Wald:

O direito canônico fomentou as causas que ensejavam impedimentos para o casamento, incluindo as causas baseadas na incapacidade de um dos nubentes como eram: a idade, casamento anterior, infertilidade, diferença de religião; as causas relacionadas com a falta de consentimento, ou decorrente de uma relação anterior (parentesco, afinidade)²

Logo, um direito com fortes raízes nas antigas positavações, na religiosidade, no patriarcado, na submissão e dependência moral e financeira da mulher e na necessidade de se proteger o patrimônio privado, demorou a enxergar uma realidade social explícita, principalmente no Brasil, onde tipos de famílias não regulamentadas pelo Direito Civil restaram por décadas à margem da lei.

A noção de concubinato, nomenclatura dada as famílias paralelas àquelas regidas pelo casamento, passou a ser tratada pela primeira vez no Brasil com o Decreto-Lei nº 4737 de 24 de setembro de 1942, reconhecendo os filhos naturais oriundos dessas uniões. A partir de então se passou a ter um olhar, ainda que não absoluto, para o que hoje chamamos de companheiras (antiga concubina).

Em 1944 e 1976 foram positivados, por meio do Decreto Lei 7036/44 e da Lei 6.367/76, direitos da companheira no caso em que perdessem seus companheiros por morte em acidente de trabalho, garantido seguro e indenização equivalente às que as pessoas civilmente casadas receberiam.

O Código de 1916 fora omissivo em relação aos direitos dos concubinos, por ter forte influência do Código Canônico, visando defender a família tida como legítima, não abrangendo direito das que estavam à margem do matrimônio. Havia em suas normas

¹ WALD, Arnaldo, 2004, p.57.

² Ibid., p.14.

discriminação para com essas famílias, bem como apresentava positivamente que poderiam ser interpretadas como punições para estas.

Alguns artigos de Código Civil de 1916 devem ser destacados aqui pela sua omissão em relação à existência das uniões extra-matrimoniais, como exemplo temos o artigo 183, inciso VII, estabelecendo que “não pode casar: o cônjuge adúltero com o seu co-réu, por tal condenado”; artigo 248, inciso IV, tratando que “a mulher casada pode livremente: Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina” no prazo de dois anos (artigos 1.177 e 178, § 7, inciso VI); artigo 337: “São legítimos os filhos concebidos na constância do casamento, ainda que anulado, ou mesmo nulo, se se contraiu de boa fé”, ressaltando que posteriormente este dispositivo veio a ser Revogado pela Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; artigo 358, proibindo o reconhecimento de filhos incestuosos e/ou adulterinos: “os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos”, posteriormente Revogado pela Lei n. 7.841, de 17 de outubro de 1989; o artigo 1.177 proibia “a adoção do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até 2 (dois) anos depois de dissolvida a sociedade conjugal (artigos 178, §7, VI, e 248, IV)”;

o artigo 1.474 deixava expresso que “não se pode instituir beneficiário pessoa que for legalmente inibida de receber a doação do segurado”, ou seja, a concubina estaria fora do benefício por ser legalmente inibida; o artigo 1.719, inciso III, tratava de herdeiros e legatários, dispondo que “não podem também ser nomeados herdeiros, nem legatários: a concubina do testador casado”.³

Sílvia e Gico nos trazem exemplos de normas previdenciárias, pioneiras no sentido de garantir os direitos dos companheiros nessa seara, mesmo durante a vigência do Código Civil de 1916, no que diz:

Importante mostrar os direitos concedidos em matéria previdenciária, onde inúmeras leis protetivas da união estável foram criadas, tendo importância a matéria definida na Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992 que veio a introduzir a equiparação do companheiro em marido (BRASIL, 1992), no artigo 4º, §1º, da Lei nº 6.194/74 (BRASIL, 1974). Não menos importante citar nesta evolução, porém tratando de matéria diferente, a Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, em seu artigo 5º, §3º, dispondo sobre a pensão daquele que estando viúvo ou desquitado, solteiro, militar ou autárquico e servidor civil, pudesse ser destinada à pessoa que dependesse economicamente deste (caso das mulheres que cuidavam do lar, do marido e, em caso de os ter, dos filhos) há pelo menos cinco anos, desde que não houvesse subsistido impedimento legal para o casamento e o doador do benefício não possuísse filhos capazes de receber a pensão (BRASIL, 1962).⁴

A Lei nº 6.525/77 (Lei do divórcio) também é um marco para a história da efetivação e positivação dos direitos daqueles que vivem em união estável já estando separados de fato, podendo regularizar o fim do casamento civil e garantir os direitos de suas famílias já constituídas antes do divórcio. Uma vez que o divórcio efetiva a separação e dá força jurídica à separação de fato, as uniões estáveis que deste dependiam passam a poder ser regidas pelo

³ SILVA, Ana Caroline Medeiros Barbosa da; GICO, Vânia de Vasconcelos, 2010, p.138.

⁴ Ibid., p. 136.

ordenamento, no que se trata de união estável (concubinato puro), onde todos os direitos dos companheiros são assegurados conforme o caso concreto.

Com reconhecimento constitucional da união estável, prevista no artigo 226 parágrafo 3º, da Constituição de 1988⁵, esta passou a ser considerada entidade familiar devendo, portanto, as novas leis e interpretações das situações apresentadas a seguirem o novo modelo previsto na Constituição.

Após a constitucionalização, foram promulgadas leis para reger estas entidades familiares, tais como a Lei nº 8971/94, Lei 9278/1996, bem como o destaque para o grande avanço na positivação e visibilidade jurídico-social da união estável, que fora a sua positivação no Código Civil brasileiro de 2002.

Tal compreensão histórica, cultural e legislativa deste instituto jurídico faz-se necessária para a compreensão de como é importante os estudos e elaboração das leis serem conjugados com as realidades e necessidades sociais, de maneira que todo sujeito tenha seus direitos garantidos, evitando assim a marginalização de determinadas pessoas à aplicação do judiciário e da garantia de seus direitos.

2.2. NOVA IDEIA DE FAMÍLIA E SEUS REFLEXOS NA UNIÃO ESTÁVEL

O conceito antiquado de família, em que poderiam ser definidas somente aquelas em que havia um homem, uma mulher e seus filhos, encontra-se completamente ultrapassada, devendo o Direito atentar para as diversas formações familiares.

O princípio da afetividade, onde as pessoas devem ser ligadas não por imposições jurídicas, mas sim pelo afeto que sentem umas pelas outras é o principal norte interpretativo no Direito das Famílias atual, e, conforme preceitua esta relação Patrícia Matos Ammato Rodrigues:

A transição da família como unidade econômica para uma compreensão solidária e afetiva, tendente a promover o desenvolvimento da personalidade de seus membros, traz consigo a afirmação de uma nova feição, agora fundada na ética, na afetividade e na solidariedade. E esse novo balizamento evidencia um espaço privilegiado para que os seres humanos se completem.⁶

Logo, as famílias formais (constituídas através do casamento), informais (união estável), monoparentais (formadas por um genitor e sua prole), homoafetiva (formada por pessoas do mesmo sexo), pluriparental ou família mosaico (mais de dois pais e sua(s) prole(s)), anaparental (ausência de genitor(a)), paralela (concubinato impuro), poliamorística

⁵ BRASIL, 1988.

⁶ RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto, 2009.

(mais de duas pessoas se relacionando afetivamente) e a família eudemonista (formadas por pessoas que buscam a felicidade coletiva), devem todas ter atenção jurídica, pois, conforme afirma com bastante clareza Sandra Ressel:

Essas uniões fáticas possuem vários reflexos no campo jurídico, e devem ser encaradas com muita seriedade, pois delas fazem nascer uma família, sendo refúgio de proteção, segurança, realização pessoal e integração na sociedade, merecendo respeito e reconhecimento jurídico-legal.⁷

A vida em sociedade é singular e autônoma, principalmente nas relações que formam tais entidades familiares, das mais variadas formas e motivos, e todas essas possuem efeitos, sejam estes jurídicos ou sociais, que merecem atenção e devem ser pesquisados e constantemente atualizada sua percepção pelo Direito.

Os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da pluralidade, da igualdade, bem como o princípio da afetividade, devem reger essas novas formas de família, principalmente a união estável, que possui constitucionalidade explícita e previsão no Código Civil de 2002, devendo as decisões judiciais observar com ponderação e equidade a interpretação e aplicação da norma nos casos concretos.

Sobre o tema, bastante esclarecedora e pertinente sobre o tema o julgado do Ministro Luiz Felipe Salomão (RECURSO ESPECIAL Nº 1.183.378 - RS (2010/0036663-8)), o qual, apesar da decisão se tratar sobre o direito do casamento entre pessoas do mesmo sexo, resta bastante esclarecedor em suas palavras sobre as novas formas de famílias e como o Direito deve se adaptar à realidade fática e aos princípios constitucionais, como segue:

DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA A QUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPF N. 132/RJ E DA ADI N. 4.277/DF. 1. Embora criado pela Constituição Federal como guardião do direito infraconstitucional, no estado atual em que se encontra a evolução do direito privado, vigente a fase histórica da constitucionalização do direito civil, não é possível ao STJ analisar as celeumas que lhe aportam "de costas" para a Constituição Federal, sob pena de ser entregue ao jurisdicionado um direito desatualizado e sem lastro na Lei Maior. Vale dizer, o Superior Tribunal de Justiça, cumprindo sua missão de uniformizar o direito infraconstitucional, não pode conferir à lei uma interpretação que não seja constitucionalmente aceita. [...] 3. [...] **Assim, é bem de ver que, em 1988, não houve uma recepção constitucional do conceito histórico de casamento, sempre considerado como via única para a constituição de família e, por vezes, um ambiente de subversão dos ora consagrados princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.** Agora, a concepção constitucional do casamento -

⁷ RESSEL, Sandra, 2007.

diferentemente do que ocorria com os diplomas superados - deve ser necessariamente plural, porque plurais também são as famílias e, ademais, não é ele, o casamento, o destinatário final da proteção do Estado, mas apenas o intermediário de um propósito maior, que é a proteção da pessoa humana em sua inalienável dignidade. [...] 5. O que importa agora, sob a égide da Carta de 1988, **é que essas famílias multifformes recebam efetivamente a "especial proteção do Estado"**, e é tão somente em razão desse desígnio de especial proteção que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento, ciente o constituinte que, pelo casamento, o Estado melhor protege esse núcleo doméstico chamado família.[...] (REsp 1.183.38-RS)⁸ (grifo feito pela autora)

Paulo Lôbo nos traz interessante ressalva de comparação da formalidade e da informalidade nas relações familiares do direito brasileiro, característico do pluralismo familiar atual, quando diz:

Portanto, no direito de família brasileiro atual, há uma entidade oriunda de um ato jurídico formal e as demais, entre elas a união estável, constituídas a partir de situações de fato, a que o direito confere reconhecimento. De todas elas a união estável é a que apresenta a maior dificuldade de comprovação de sua existência jurídica, o que a leva a depender de decisão judicial, sempre que dúvida houver quanto ao seu termo inicial e, quando for o caso, à sua dissolução.⁹

A burocratização e formalidade exigida pelo Código Civil para a realização do casamento, por vezes influencia aos companheiros a decisão de apenas “morar junto”, ter convivência publicizada, com certa continuidade de tempo, para que estes possam viver tais como esposo e esposa, tornando-se companheiros de vida, mesmo que não esteja documentado juridicamente, mas reconhecido entre as partes e pela sociedade.

É neste sentido que, para que surta efeito jurídico essa nova forma de se constituir família, deve ser observado o que está positivado no artigo 1.723 do Código Civil de 2002¹⁰, para que se dê a caracterização da união estável e suas consequências jurídicas, conforme a letra do artigo:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Silva e Gico ressaltam bem a maior facilidade de constituição de união estável diante das formalidades exigidas pela Lei, citando Maria Helena Diniz (2008, p.69), quando dizem:

⁸ BRASIL. Superior Tribunal De Justiça, 2012.

⁹ LÔBO, Paulo, 2012.

¹⁰ BRASIL, 2002.

“O ordenamento jurídico previu a constituição da união estável com uma liberdade a mais do que no casamento, não se fazendo necessárias as tantas solenidades que caracterizam este último”¹¹

Maria Helena Diniz também ressalva a diferenciação por meio das formalidades do casamento, quando traz:

“O casamento é diferente da união estável por iniciar-se como cerimônia nupcial, gerando efeitos a partir dela e extinguindo-se pela invalidação, divórcio ou morte. A união estável não se estabelece por um ato único, forma-se com o tempo”.¹²

Tais mudanças trazem consequências, pois as estas no paradigma familiar obrigam o judiciário, em suas decisões sobre a releitura do conceito de família e união estável, a suprir as omissões legislativas e as inconformidades sociais, quantos estas não atendem as realidades sociais atuais.

Os valores e impasses antigos devem ser superados com a aplicação do princípio da Afetividade. O reconhecimento sociocultural das novas formas de família deve almejar a visibilidade e garantia de direitos dessas uniões, mesmo sem o formalismo do casamento.

A união estável traz uma crítica obre o que está positivado (o que é legal) e o que é a realidade social (o que é vivenciado), tentando vencer a dicotomia do ser e dever-ser nas relações de família, devendo ser esta superada pelo judiciário em suas decisões, como será verificado nos casos analisados neste trabalho, buscando a adequação legal e social dessa nova forma de se constituir família.

Rolf Madaleno, sobre as mudanças dos costumes e os reflexos no Direito de Família, diz:

Embora os costumes sociais tenham mudado, a relação de amor não desapareceu, convertendo-se o modelo contemporâneo de família em uma livre associação de duas pessoas, que trazem para o recesso da convivência seus projetos individuais de desenvolvimento de suas personalidades, o que significa precisar negociar constantemente a continuidade do matrimônio.¹³

Podemos concluir este capítulo repensando o papel da família na sociedade: observar a família não é apenas olhar para o aglomerado de pessoas, mas para cada indivíduo e ver como a transformação social e jurídica afeta cada um dos que integram a relação familiar.

A independência financeira feminina, a maior igualdade dos sexos, o fim do patriarcado, a luta contra toda e qualquer forma de preconceito e as melhorias sociais e de

¹¹ SILVA, Ana Caroline Medeiros Barbosa da; GICO, Vânia de Vasconcelos, 2010, p. 141.

¹² DIAS, Maria Berenice, 2007, p. 166.

¹³ MADALENO, Rolf, 2012, p. 313.

condições de vida deixam os sujeitos livres na sociedade para escolherem a melhor maneira como querem viver, originando assim as diversas formas de famílias.

As transformações sociais influenciam diretamente a produção legislativa e a aplicação do Direito. A adequação positivista deste instituto, que tem suma importância na realidade daqueles que a vivenciam, será analisada no tópico seguinte.

3. A POSITIVAÇÃO DO INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Como fora apresentado no tópico sobre o histórico da união estável, apesar de ser uma realidade presente na sociedade brasileira há muito tempo, as pessoas que viviam essa forma de entidade familiar que não formalizada pelo casamento viviam à margem da lei, não tendo direitos garantidos em relação aos fatos e consequências jurídicas dessa relação.

Além de não serem reconhecidos como entidades familiares até a Constituição Federal de 1988, os companheiros que assim decidiram se relacionar sofreram preconceito social e jurídico, sendo tratados apenas como relações de concubinato impuro, onde essas relações sempre seriam contra a moralidade estabelecida, deixando o direito brasileiro de enxergá-los em seu ordenamento.

Porém, com a complexidade dos efeitos jurídicos advindos desse tipo de união e buscando respeitar os princípios constitucionais previstos na Carta Magna de 1988, como a igualdade, liberdade e, principalmente, o de promover a dignidade da pessoa humana passou-se o Legislativo a criar leis para reger tal instituto, estas respeitando sua aceitação constitucional como entidade familiar, até a positivação da união estável e do direito dos companheiros no código civil de 2002.

Tratar-se-á neste capítulo sobre cada uma das positivações legislativas que passaram a dar visibilidade jurídica e social a este instituto desde a Constituição Federal de 1988 até o Código Civil de 2002, onde constataremos termos, previsões e os direitos sucessórios destes, bem como das Leis nº 8971/ 94 e a Lei nº 9278/96, que antecederam o Código Civil atual e são específicas para o entendimento positivado da união estável.

No mais, faz-se mister conhecer todo o aparato legal que rege este tipo de entidade familiar para que possamos realizar a análise dos casos trazidos nesta monografia, de maneira a observar como o judiciário, em particular a 3º Vara De Família Da Comarca De Santa Rita – Paraíba, faz a interpretação e aplicação dessas normas.

3.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INOVAÇÃO DO SEU ARTIGO 226

A Constituição Federal de 1988 é marcada pela garantia de diversos direitos dos indivíduos, sendo esta a lei maior do ordenamento jurídico brasileiro, devendo todas as

demais normas infraconstitucionais ir de acordo com o que nela está previsto, sob pena de restarem ineficazes por sua inconstitucionalidade.

Encontram-se espessos em todo o seu texto os princípios trazidos por esta, devendo ser observados na elaboração e interpretação das normas infraconstitucionais, tornando-se necessária a realização da adequação destas normas àqueles.

Os princípios constitucionais principais a serem observados, quando tratarmos da união estável, são os presentes no caput do artigo 5º, tais como a igualdade dos sujeitos perante a lei, as garantias da liberdade e a igualdade.

O caput deste artigo reconhece a igualdade (subjativa, formal e material) de todos perante a lei, vedando qualquer tipo de discriminação, bem como a liberdade, que possui conceituação bastante ampla, entretanto, para os casos de união estável e pelo que já foi apresentado no tópico 2.2 desta monografia, atear-se-á a observar este princípio como garantidor da liberdade no sentido de possibilitar e assegurar juridicamente a escolha da forma de composição familiar, escolhendo, portanto, livremente os companheiros a dividir suas vidas, sem as formalidades do casamento, porém com o mesmo afeto e cuidado das relações maritais formalizadas.

Um dos principais princípios constitucionais a serem observados nos casos que tratam sobre a união estável é o do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, presente no inciso III, artigo 1º, da Constituição Federal de 1988¹⁴. Garantir os direitos dos companheiros que optaram livremente por viver na forma de união estável é uma das principais formas de garantir-lhes a dignidade, sentimento de valor e visibilidade pela sociedade e pelo Judiciário, sendo estas relações tratadas com respeito e reconhecimento cabíveis.

Nesse sentido, Patrícia Matos Amatto Rodrigues nos traz que:

[...]mais precisamente com o advento da Constituição de 1988, que solidificou valores sociais e humanizadores, tais como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade social e a igualdade substancial, tratando-se de entidade de afeto e solidariedade fundada em relações de índole pessoal, voltadas para o desenvolvimento da pessoa humana.¹⁵

A Constituição Federal foi promulgada quando da vigência do Código Civil de 1916, que, conforme nos aponta Sandra Ressel:

¹⁴ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana.

¹⁵ RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto, 2009.

“No Código Civil de 1916 diferenciava-se a família legítima, sendo formada pelo casamento, e a família ilegítima, resultante da união informal, que se denominava concubinato, e sem nenhuma proteção legal”.¹⁶

Na Constituição Federal de 1988, diante desta realidade, passou a cuidar não apenas da organização político-administrativa do Estado, como também a reger garantias individuais e coletivas em seus diversos âmbitos, criando em seu título VIII Da Ordem Social, o Capítulo VII Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem e Do Idoso, que compreendem os artigos 226 a 230 desta. Neste capítulo encontram-se os artigos 226 e 227 que tratam da disciplina da organização da família.

Pela primeira vez, com a positivação do § 3º do artigo 226, da Constituição de 1988¹⁷, fora reconhecida a união estável como entidade familiar, devendo, portanto gozar de especial proteção do Estado, tal como preceitua o caput do artigo 226 da Constituição Federal. Essa positivação traz grandes impactos positivos no Direito de Família, como traz Patrícia Matos Amatto Rodrigues:

O legislador constituinte, no caput do artigo 226 da Constituição Federal, normatizou o que já representava a realidade de milhares de famílias brasileiras, reconhecendo que a família é um fato natural, e o casamento uma solenidade, adaptando, por esta forma, o direito aos anseios e necessidades da sociedade, passando a receber proteção estatal não somente a família oriunda do casamento, bem como qualquer outra manifestação afetiva, como a união estável e a família monoparental, formada esta na comunidade de qualquer dos pais e seus descendentes, no eloquente exemplo da mãe solteira.¹⁸

Grande é o avanço do reconhecimento constitucional deste instituto, devendo, por consequência, ter atenção jurídica adequada, de maneira a garantir e observar os direitos inerentes a esta constitucionalização das uniões de fato, conferindo proteção as famílias que foram constituídas pelo afeto, mesmo sem as formalidades do casamento, almejando garantir aos companheiros não apenas os valores patrimoniais que lhes forem cabíveis, mas também garantir a dignidade da pessoa humana.

3.2 LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL SOBRE O TEMA

Como anteriormente citado no tópico 2.1, no capítulo 2 desta monografia, antes da Constituição Federal de 1988, houve institutos jurídicos que estabeleceram normas sobre o

¹⁶ RESSEL, Sandra, 2007.

¹⁷ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

¹⁸ RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto, 2009.

tema, tais como o Decreto Lei número 4.737 de 1942, que reconhece os filhos naturais da união estável; o Decreto Lei nº 7036 de 1944, que assegurou a companheira os direitos nos casos de morte de acidente de trabalho, se fosse mantida pelo companheiro falecido; e a Lei nº 6367 de 1976, garantindo a companheira o direito de indenização pela morte em acidente de trabalho do seu companheiro.¹⁹

Após a promulgação da Constituição de 1988, duas leis muito importantes foram promulgadas no sentido de normatizar o que é estava previsto no §3º do artigo 226 desta: estabelecer normas para a união estável enquanto entidade familiar e facilitar sua conversão em casamento.

A primeira foi a Lei nº 8971/94, sendo esta a pioneira no que se trata de legislação para reger a união estável pós 1988. Promulgada em 29 de dezembro de 1994, tem um intuito de regulamentar o direito dos companheiros à alimentos e a sucessão, possuindo apenas cinco artigos, que serão analisados.

O artigo 1º desta lei²⁰ restringe os direitos sucessórios e alimentares apenas para as uniões estáveis em que ambos sejam solteiros, separados, divorciados ou viúvos, resguardando, portanto, apenas o que era conhecido como concubinato puro e não as relações paralelas ao casamento. Além disso, este artigo trazia o requisito temporal de mais de cinco anos de convivência ou a existência de filhos (prole) para a caracterização e garantia dos direitos.

O artigo 2º e seus incisos²¹, tratam dos direitos sucessórios da (o) companheira (o), garantindo-lhe o direito aos bens da seguinte forma: da quarta parte dos bens, se houverem filhos ou comuns; da metade dos bens, se houveram ascendentes; e a totalidade da herança, se não houverem nem ascendentes ou descendentes. Em todas essas condições, exceto na ultima hipótese apresentada, a lei traz que terá direito o (a) companheiro (a) aos bens enquanto não constituir nova união, deixando lacunas sujeitas a interpretações prejudiciais a tal direito.

¹⁹ Ver página 16 desta monografia.

²⁰ Art. 1º: “A companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove a necessidade”.

²¹ Art. 2º As pessoas referidas no artigo anterior participarão da sucessão do(a) companheiro(a) nas seguintes condições: I - o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito enquanto não constituir nova união, ao usufruto de quarta parte dos bens do de cujos, se houver filhos ou comuns; II - o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito, enquanto não constituir nova união, ao usufruto da metade dos bens do de cujos, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes; III - na falta de descendentes e de ascendentes, o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito à totalidade da herança.

O artigo 3º²² dessa mesma lei trata da questão da meação dos bens, quando restar comprovada a participação do companheiro supérstite para adquiri-los. Pode-se observar não foi bem esclarecido este artigo em sua letra para interpretação, tendo em vista que se dá por entender a incompatibilidade da necessidade probatória de contribuição no patrimônio, uma vez que esta contribuição ao ser diferenciada, em alguns casos, pode ocasionar que no haja formação de patrimônio a ser dividido pelos companheiros.

Para suprir as lacunas deixadas pela lei supra, em 10 de Maio de 1996 fora promulgada a Lei nº 9.278/96, para regulamentar o disposto no §3º, do artigo 226, da Constituição de 1988, ou seja, a união estável e a sua conversão em casamento. Esta possui onze artigos, sendo que o artigo, 3º, 4º e 6º foram vetados. Seguiremos com análise por artigos, de maneira a compreender o que esta lei passou a estabelecer sobre o tema.

O artigo 1º dessa lei²³ traz requisitos para que seja reconhecida a união estável como entidade familiar, sendo estes: convivência duradoura, publicidade, continuidade, ser constituída por um casal, e o objetivo (animus) de constituir família. Como será discutido adiante, tal artigo fora reproduzida seu texto pelo artigo 1.723 do Código Civil de 2002, que exclui a necessidade da união ser heterossexual, tendo em vista os novos conceitos de família e adaptação da relativa às necessidades do contexto social. Cada um desses requisitos será analisado em um tópico específico na análise dos casos concretos.

Percebe-se que não é mais exigido o requisito temporal de cinco anos de convivência, nem a existência de prole para que reste caracterizada a união estável, devendo ser observado cada caso concreto. Conforme Patrícia Matos Rodrigues:

Confere-se, então, ao intérprete, a tarefa de verificar se a união perdura por tempo suficiente de modo a estabilizar a entidade familiar. Evidencia-se que esta estabilidade exigida por lei jamais será absoluta, ante a impossibilidade de se garantir certeza de estabilidade eterna entre o casal. De forma natural, ela é relativa, dependendo dos elementos pessoais dos companheiros e do próprio relacionamento, em si.²⁴

O artigo 2º da Lei 9278/96²⁵ traz os deveres e direitos dos companheiros, sendo estes: respeito e consideração mútuos; assistência moral e material recíproca; guarda, sustento e educação dos filhos comuns. Neste artigo passa-se aplicar um olhar burocrático e

²² Art. 3º Quando os bens deixados pelo (a) autor (a) da herança resultarem de atividade em que haja colaboração do(a) companheiro, terá o sobrevivente direito à metade dos bens.

²³ Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

²⁴ RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto, 2009.

²⁵ Art. 2º São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I - respeito e consideração mútuos;

II - assistência moral e material recíproca;

III - guarda, sustento e educação dos filhos comuns.

intervencionista do Estado, uma vez que ao estar em união estável, esta já gera obrigações e direitos para ambas as partes, retirando essa positivação dos companheiros a autonomia de resolver em questões de suas vidas no âmbito privado. Conforme traz Juliana Frazão Bezerra:

E neste dispositivo, ao determinar regras para os companheiros, como se estivessem em um casamento, pode-se perceber uma forma de desrespeito por essas pessoas que decidiram viver em uma relação que dispensa o matrimônio. Há quase uma tentativa de querer enquadrá-las em um tipo de casamento que não exige os trâmites burocráticos necessários ao matrimônio.²⁶

O artigo 5º²⁷ dessa Lei trata da questão patrimonial dessas relações, explicitando a exigência do esforço comum na aquisição dos bens para que este possa ser partilhado quando da dissolução da união. O §1º deste artigo ressalva novamente a exigência do esforço comum, visto que exclui da partilha os bens adquiridos antes da união estável, assim como no regime de comunhão parcial de bens aplicado ao casamento.

O artigo 7º²⁸ da Lei 9278/96 garante ao companheiro, após a rescisão da união a prestação de assistência material, ou seja, resguarda o direito à pensão alimentícia ao companheiro que dela necessitar, sendo um grande avanço no que se trata na promoção e efetivação dos direitos e da dignidade humana destes. Traz ainda em seu parágrafo único o direito de habitação ao imóvel da família ao companheiro sobrevivente.

O artigo 8º²⁹ da Lei 9278/96 é bastante específico e claro ao demonstrar que regulamenta a parte final do §3º do artigo 226 da Constituição Federal, ao estabelecer que com o requerimento ao Oficial de Registro Civil do domicílio dos companheiros, a qualquer momento, de comum acordo, poderão solicitar a conversão da união estável em casamento.

Por fim, o artigo 9º³⁰ estabelece para o Juízo Da Vara De Família a competência para os casos que tratam da união estável, sendo ainda assegurado o segredo de Justiça.

Destarte, podemos observar que a partir da Constituição Federal de 1988 as leis que foram criadas para reger a união estável foram bastante garantista para os companheiros, estabelecendo direitos e deveres, esclarecendo requisitos para a sua caracterização, permitindo, desse modo, ao judiciário atender as demandas e corresponder à efetivação dos direitos destes, em conformidade com os princípios e normas positivados na Carta Magna.

²⁶ BEZERRA, Juliana Frazão, 2017, p. 27.

²⁷ Art. 5º: Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

²⁸ Art. 7º: Dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos.

²⁹ Art. 8º Os conviventes poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento, por requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio.

³⁰ Art. 9º Toda a matéria relativa à união estável é de competência do juízo da Vara de Família, assegurado o segredo de justiça.

Após conhecer esta base normativa infraconstitucional, passemos a analisar os reflexos das previsões constitucionais e destas leis no Código Civil, promulgado em 10 de Janeiro de 2002, seis anos após a última lei que tratava da união estável, almejando verificar como este traz em seus artigos os companheiros e os seus direitos, principalmente no que tange aos direitos sucessórios.

3.3 DIREITOS DO (A) COMPANHEIRO (A) NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

O Código Civil de 2002 disciplinou a união estável nos seus artigos 1.723 ao 1.726, onde traz as premissas a serem observadas para que seja caracterizada, os deveres dos companheiros, além de apresentar o regime de bens, alimentos e a possibilidade da sua conversão em casamento.

Para que possamos compreender a maneira que o Código Civil de 2002 trata do instituto da união estável, muitas vezes com artigos que em seu corpo já podem ser objetos de ações que questionem sua constitucionalidade, devemos ter o conhecimento de que o projeto do atual Código Civil é demasiado antigo.

Seu projeto original data de 1975, ou seja, anterior à Constituição da República de 1988, a qual deu status de entidade familiar para o que estudamos hoje como união estável, necessitando, portanto, de que realmente haja reformas em seu texto e que a aplicação nos casos concretos seja observada de maneira a não violar a Carta Magna e garantir os direitos dos que convivem nestas uniões.

Maria Berenice Dias trata das consequências dessa diferenciação da positivação do Código Civil de 2002 e do que é garantido pela Constituição da República de 1988, quando diz:

“Também ao tratar desigualmente as entidades familiares decorrentes de casamento e da união estável gerou o Código Civil diferenciação sem respaldo constitucional. A Constituição não estabelece qualquer hierarquia quais o Estado empresta especial proteção (CF 226). E, o que o constituinte não distinguiu, não pode diferenciar a lei ordinária.”³¹

O Código Civil, portanto, não trouxe grandes inovações ousadas ou muito diferenciadas no Código Civil de 1916, não consagrando as novidades e direitos resguardados na nova Constituição, sendo, portanto, alvo de diversas emendas, estudos e discursões, de maneira que o texto Civil se adapte ao texto constitucional.

³¹ DIAS, Maria Berenice, 2007, p. 32.

Observamos a partir do olhar para o histórico projeto do Código Civil, a importância da análise das decisões judiciais, da construção doutrinária e jurisprudencial sobre os temas trazidos pela Constituição e tratados de maneira diferenciada pelo Código Civil, principalmente no que diz questão à união estável, que se faz protegida pela Constituição, devendo haver proteção e interferência estatal em seus direitos, como nos traz Maria Berenice Dias:

“Apesar das relações conjugais tenderem a cada vez mais repudiar a interferência em sua esfera de privacidade, é exaustiva a regulamentação do casamento. Mas não disciplina o Código Civil só os vínculos afetivos que buscam respaldo legal para se constituírem. O dirigismo estatal também se impôs na união estável, ainda que seja relacionamento que se constitui sem a interferência estatal.”³²

Com isso, a União Estável passou a receber mais atenção estatal, com regras para que se tenha certa legitimidade em seus direitos e que se possa proteger a parte mais vulnerável da relação.

Ao observamos as disposições dos artigos sobre casamento e sobre a união estável no Código Civil de 2002, podemos evidenciar o tratamento diferenciado destas, principalmente no que diz respeito aos direitos patrimoniais e sucessórios. Apenas quatro artigos disciplinam a união estável, sobre patrimônio e demais disposições.

Existem outros artigos dispersos no Código Civil que tratam da união estável, tais como o seu artigo 1.595³³ que reconhece o tão importante vínculo de afinidade entre os companheiros, o artigo 1.694³⁴ traz o direito a alimentos, o artigo 1.711³⁵ traz o instituto do bem de família.

O artigo 1.790³⁶, que trata da disposição do direito sucessório dos companheiros, trazendo de maneira bastante preconceituosa e alvo de críticas jurídicas doutrinárias. Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald nos trazem:

³² Ibid., p. 31.

³³ Código Civil, Art. 1.595: “Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade”.

³⁴ Código Civil, Art. 1.694: “Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.”

³⁵ Código Civil, Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

³⁶ Código Civil, Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes:

I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;

II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;

III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;

“Exatamente por isso, é de perceber a inconstitucionalidade da norma legal que regulamenta o direito sucessório do companheiro (art. 1.790 da Lei Civil, que defere proteção sucessória ao companheiro de maneira inferior aos direitos garantidos ao cônjuge), por estar divorciada da efetiva proteção da pessoa humana, negando a sua plena realização e dignidade e, por conseguinte, afrontando a Lei Maior.”³⁷

O Código Civil nos traz em seu artigo 1.723 que a união estável é: “*a convivência duradoura, pública e contínua de um homem e de uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituir família.*”³⁸

Estes são conhecidos como os elementos caracterizadores da união estável, devendo estes serem observados nas decisões judiciais para seu reconhecimento e dissolução, e serão devidamente observados nos processos a serem analisados neste trabalho.

No que diz respeito à convivência contínua e duradoura, a lei nos quer a significação de um relacionamento não circunstancial, que não sofre alterações constantes. Não se exige tempo mínimo para a caracterização, mas uma continuidade que não enseje relação transitória.

Sobre a publicidade, esta tem sentido de não ser a relação secreta, para que a sociedade tenha conhecimento da união e do desejo de viverem como se casados fossem, evidenciando o caráter afetivo e familiar ao meio social, não sendo clandestina a relação.

A publicidade também pode ser vista de maneira a legitimar a união estável servindo-lhe como prova da efetiva relação nas ações judiciais (por meio de relatos de testemunhas, fotografia de eventos, posts em redes sociais, etc.), que visem reconhecer ou extinguir o vínculo familiar. Chaves e Rosenvald nos trazem sobre a publicidade:

“Com isso, eventuais relações furtivas, misteriosas e secretas não podem estar aptas a constituir um vínculo familiar, até mesmo porque comprometem a própria intenção das partes de viver como se casados fossem. Em suma: ocultar a relação convivencial estável poderá implicar em comprometimento do próprio ânimo de viver em estado familiar.”³⁹

Pressuposto subjetivo, o objetivo de constituir família visa evidenciar o vínculo afetivo dos companheiros, do desejo de comunhão de vida entre eles e da realização na relação dos direitos e deveres de um para com o outro, de afeto, cuidado e proteção mútuos. Maria Berenice Dias nos traz:

“Atenta o Direito a essa nova realidade, rotulando-a de união estável. Daí serem a vida em comum e a mútua assistência apontadas como seus elementos caracterizadores. Nada mais do que prova da presença do enlaçamento de vida, do comprometimento recíproco, a exigência de notoriedade, continuidade e

IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

³⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de, 2015, p. 431.

³⁸ BRASIL, 2002.

³⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de, 2015, p. 456.

durabilidade da relação só serve como meio de provar a existência do relacionamento.”⁴⁰

Sobre a exigência temporal e de convivência, esta a lei não exige, e, conforme entendimento do STJ que segue, pode-se observar que a comprovação dos elementos explicados anteriormente se faz suficientes, mesmo os companheiros não dividirem o mesmo teto.

“Não exige a lei específica a coabitação como requisito essencial para caracterizar a união estável. Na realidade, a convivência sob o mesmo teto pode ser um dos fundamentos a demonstrar a relação comum, mas a sua ausência não afasta, de imediato, a existência da união estável” (STJ, Ac. Unân., 4ª T. REsp. 474.962/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 23.9.2003, DJU. 1.3.2004, p. 186, RBDfam 23: 93).”⁴¹

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, na Súmula 382, entendeu que: “A vida em comum sob o mesmo teto *more uxório*, não é indispensável à caracterização do concubinato.”⁴²

No que diz respeito ao sobrenome do companheiro, o artigo 1565 do Código Civil de 2002 trata apenas sobre os casos no casamento, porém, a Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) permite, em seu artigo 57, §2º⁴³, que a mulher pode averbar o sobrenome o seu companheiro. Este artigo deve ser seguido e equiparado, tendo em vista o princípio da igualdade. Chaves e Rosenfeld nos traz:

“Inclusive, apesar do que consta no §3º do art. 57 da Lei de Registros Públicos, considerando que a caracterização da união estável independe de um lapso temporal mínimo, conforme se afirmou alhures, a partir de sua conformação constitucional e do próprio Código Civil (art. 1.723), é fundamental afirmar que o acréscimo de sobrenome da pessoa convivente pode ser obtido a qualquer tempo, dès que já esteja provada a existência da relação familiar”⁴⁴

O Código Civil se utiliza dos mesmos impedimentos do matrimônio para que não seja caracterizada, nos casos presentes no artigo 1723, §1º, que diz que: “a união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do artigo 1.521.”⁴⁵ Tal artigo visa afastar as uniões que não possam ser convertidas em casamento.

⁴⁰ DIAS, Maria Berenice, 2007, p. 161.

⁴¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 2004

⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 1964.

⁴³ Lei de Registros Públicos, Art. 57: A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. § 2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas. ”

⁴⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de, 2015, p. 468.

⁴⁵ BRASIL, 2002.

Situação conflitante é quando, no caso da união estável ser constituída por pessoa casada, impedimento previsto no artigo 1.521, VI,⁴⁶ do Código Civil, mas já esta separada de fato, uma vez que a nova união cessa os efeitos da união anterior. Porém, esse é no caso de já haver o companheiro estar separado de fato. Conforme o artigo 1.727⁴⁷ do Código Civil, se o companheiro for casado e a união entre eles for paralela ao casamento, não há a possibilidade de caracterização de união estável, mas sim de um concubinato.

Os direitos e deveres oriundos das relações de união estável estão presentes no artigo 1.724 do Código Civil, que diz: “*As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos*”⁴⁸.

Esses direitos e deveres são assemelhados aos do matrimônio, presentes no artigo 1.566⁴⁹ do Código Civil, diferenciando-se apenas na disposição sobre coabitação e fidelidade, que não são trazidas no rol de exigência da união estável.

Com efeito, o artigo 1.724 do Código Civil gera para os companheiros direitos patrimoniais, que devem ser regidos pelo ordenamento jurídico.

Assim como no casamento, o companheiro terá direito à meação dos bens, sendo estes presumidamente adquiridos conjuntamente durante o tempo da relação. Tal meação é garantida no artigo 1.725 do Código Civil, que diz: “Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens”⁵⁰.

Não incide na união estável o impedimento previsto no artigo 1641, II⁵¹, do Código Civil, não havendo a separação obrigatória de bens, justificada por não caber analogia restritiva de direito, entendimento jurisprudenciado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“Embora tenha prevalecido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o regime aplicável na união estável entre sexagenários (agora, septuagenários) é o da separação obrigatória de bens, segue esse regime temperado pela Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal, com a comunicação dos bens adquiridos onerosamente na constância da união, sendo presumido o esforço

⁴⁶ Código Civil, Art. 1.521. “Não podem casar: VI - as pessoas casadas. ”

⁴⁷ Código Civil, Art. 1.727. “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.”

⁴⁸ BRASIL. Lei 1046, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 1.724.

⁴⁹ Código Civil, Art. 1.566. “São deveres de ambos os cônjuges:

I - fidelidade recíproca;

II - vida em comum, no domicílio conjugal;

III - mútua assistência;

IV - sustento, guarda e educação dos filhos;

V - respeito e consideração mútuos.”

⁵⁰ BRASIL, 2002. 5

⁵¹ Código Civil, Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

II - da pessoa maior de 70 (setenta) anos.

comum, o que equivale à aplicação do regime da comunhão parcial” (STJ, Ac. 3ª T., REsp. 1.171.820/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 7.12.2010, DJe 27.4.2011).⁵²

“União Estável. Regime de bens. Não se aplica à união estável o regime de separação obrigatória de bens previsto no art. 258, parágrafo único, do CC [art. 1641 do CC/2002], ainda que os conviventes sejam maiores de 60 anos, seja porque a legislação própria prevê o regime condominial, sendo presumido esforço comum na aquisição do patrimônio amealhado na vigência do relacionamento, seja porque descabe a aplicação analógica de normas restritivas de direitos ou excepcionantes.” (TJRS, 7.ª C. Cív., AI 70004179115, Rel. Des. Maria Berenice Dias, j. 14.08.2002).⁵³

No que diz respeito ao direito real de habitação do companheiro, o Código Civil na revogou o que restava presente nas leis n 8.971/94 e da Lei nº 9.278/96, que asseguraram usufruto da herança e do direito de habitação do imóvel de família. Logo, devem-se garantir esses direitos aos companheiros e fazer analogia com o artigo 1831 do Código Civil de 2002, que trata do direito real de habitação no caso de casamento, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“União Estável. Direito real de habitação. O parágrafo único do artigo 7.º da L. 9.278/1966 assegura à companheira sobrevivente da relação estável o direito real de habitação no imóvel em que residia com o falecido, desimportando que ela possua imóvel próprio. Precedentes. Apelação Provida. (TJRS. 7.ª C. Cív., AC 70013330881, rel. Dra. Walda Maria Melo Pierrô, j. 27.07.2005).”⁵⁴

Chaves e Rosenvald compartilham deste entendimento, quando trazem:

“De fato, não se pode cogitar da existência do direito real de habitação em favor do cônjuge e negar-lhe ao companheiro, sob pena de afronta ao Texto Constitucional. Por isso, até que sobrevenha lei, reconhecendo o direito de habitação ao companheiro, impõe-se aos juristas uma interpretação conforme a Constituição Federal, admitindo tal direito aos conviventes, em face da não revogação do dispositivo legal supracitado.”⁵⁵

Por fim, no que concerne ao direito à alimentos, o Código Civil no seu artigo 1.694⁵⁶, resguarda tanto aos companheiros como aos cônjuges o direito de pedir alimentos quando se é comprovada a necessidade deste. Independente de culpa de quem pôs fim à união estável – questão mais do que coerente, tendo em vista que o Direito não deve ir nas questões que ensejam ao fim das relações quando estas disserem respeito somente aos companheiros

⁵² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 2011.

⁵³ BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul, 2002.

⁵⁴ BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul, 2005.

⁵⁵ FARIAS, Cristiano Chaves de Curso de, 2015, p. 491.

⁵⁶ Código Civil, art. 1.694. “Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia”.

no seu âmbito particular- os alimentos são estipulados conforme a necessidade de um dos companheiros destes para sua subsistência.

Esse entendimento da aplicação deste artigo vem sendo pacificada nos Tribunais, a exemplo da Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que diz em sua decisão:

“Dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos. Observado o critério disposto no art. 1694 § 1º, do Código Civil, e possuindo o alimentante condições de arcar com a verba arbitrada, o pagamento da pensão alimentícia fixada é dever que se impõe decorrente da obrigação legal de assistência entre os companheiros.”⁵⁷

Portanto, podemos observar nesse capítulo que a união estável, apesar de ainda necessitar de muitas alterações e acréscimos legislativos para garantir os direitos dos companheiros que nela vivem, possui posituação no Código Civil de 2002, com dispositivos que visam resguardar garantias aos companheiros.

Sendo esta reconhecida como entidade familiar constitucionalmente, grande é a importância de sua presença no Código Civil, visto que o Código Civil de 2016 não trazia garantias para os companheiros, permitindo injustiças sociais e a não proteção da parte mais frágil nas relações de união não formalizadas pelo casamento.

Ao garantir direitos como reconhecimento, dissolução, alimentos, direito aos bens e para os filhos advindos dessa união, demonstra que o Direito está procurando, mesmo que lentamente e ainda insuficiente, dar visibilidade e proteção às uniões que foram marginalizadas social e juridicamente durante tantos anos.

Após a observância do histórico e de sua posituação, passemos a examinar a forma como o Judiciário aplica estas normas na prática, observando sua efetivação jurídica e social, através do estudo de Jurisprudências, incluindo as decisões dos Tribunais paraibanos, visto que o objeto deste trabalho são as ações de união estável na Comarca de Santa Rita, neste mesmo Estado, bem como o papel da Defensoria Pública, órgão que iniciou os processos a serem estudados, na busca pela efetivação dos direitos dos companheiros.

⁵⁷ BRASIL. Tribunal De Justiça de Minas Gerais, 2009.

4 O PAPEL DA CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS DOS COMPANHEIROS (AS)

O presente capítulo objetiva observar como, a partir do dispositivo constitucional do artigo 226, que institui a união estável como entidade familiar, passaram a doutrina e a jurisprudência a tratar desse tema.

Mister se faz essa análise, tendo em vista que a regulamentação da união estável ainda é muito recente, e, como visto anteriormente, o Código Civil de 2002 não trouxe a positivação completa do instituto, havendo ainda questionamentos sobre constitucionalidade de seus dispositivos, se cabe ou não analogia de algum desses aos que dispõem sobre o casamento, bem como as lacunas deixadas pelo Código em relação à garantia do direitos dos companheiros.

Juntos, o estudo doutrinário e jurisprudencial são peças-chave para que os direitos dos companheiros na união estável sejam efetivados e melhor compreendidos, e que a sua aplicação venha a ser de acordo com a realidade dos que a vivenciam, por vezes vista com preconceito pelos aplicadores e estudiosos do Direito.

4.1 OS AVANÇOS DOUTRINÁRIOS E DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SOBRE O TEMA

Abordaremos decisões de suma importância e seus entendimentos, tanto do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça da Paraíba e de outros Estados da Federação, objetivando compreender os entendimentos destes, de maneira que, quando da análise dos casos trazidos pela 3ª Vara da Comarca de Santa Rita, no Estado da Paraíba, se possa observar se estes corroboram com tais entendimentos.

Não há de se tratar de maneira exaustiva todas as decisões do judiciário sobre o tema, porém, as mais importantes, influentes e recentes sobre o tema, de tal forma que possa ter uma visão geral para a análise dos casos concretos a serem discutidos posteriormente.

Iniciemos, portanto, com uma Decisão que ainda está em tramitação no Supremo Tribunal Federal, a Ação de Recurso Extraordinário nº 878694, de origem do Estado de Minas Gerais, tendo como Relator atual o Ministro Roberto Barroso. Tal ação chegou ao Supremo Tribunal Federal no dia 26 de março do ano de 2015, e ainda está em tramitação.

A Ação de Recurso Extraordinário nº 878694 trata da sucessão dos companheiros, presente no artigo 1.790 do Código Civil, e discute a legitimidade do tratamento diferenciado despendido ao cônjuge e ao companheiro.

Conforme informações trazidas pelo Portal do STF⁵⁸ e da observância da movimentação processual por meio deste, sete ministros - ministros Edson Fachin, Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Celso de Mello e Cármen Lúcia e o Relator Roberto Barroso - votaram favorável a equiparação constitucional dos regimes sucessórios entre companheiros e cônjuges, sendo favoráveis à inconstitucionalidade do dispositivo.

No dia 10 de maio do ano de 2017, fora publicado Julgado mérito de tema com repercussão geral pelo Tribunal Pleno, com a seguinte ementa da Decisão:

Decisão: O Tribunal, apreciando o tema 809 da repercussão geral, por maioria e nos termos do voto do Ministro Relator, deu provimento ao recurso, para reconhecer de forma incidental a inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/2002 e declarar o direito da recorrente a participar da herança de seu companheiro em conformidade com o regime jurídico estabelecido no art. 1.829 do Código Civil de 2002, vencidos os Ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, que votaram negando provimento ao recurso. Em seguida, o Tribunal, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou tese nos seguintes termos: “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”. Ausentes, justificadamente, os Ministros Dias Toffoli e Celso de Mello, que votaram em assentada anterior, e, neste julgamento, o Ministro Luiz Fux, que votou em assentada anterior, e o Ministro Gilmar Mendes. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, sucessor do Ministro Teori Zavascki, que votara em assentada anterior. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.5.2017.⁵⁹

Há também o exemplo já consolidado na jurisprudência em relação à equiparação dos direitos sucessórios dos companheiros e dos cônjuges, que é objeto do julgamento do Recurso Extraordinário nº646721, de origem do Estado do Rio Grande Do Sul, tendo como Relator o Ministro Roberto Barroso. Segue a ementa:

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 1.790 DO CÓDIGO CIVIL. À SUCESSÃO EM UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA. INCONSTITUCIONALIDADE DA DISTINÇÃO DE REGIME SUCESSÓRIO ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS. 1. A Constituição brasileira contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável, hetero ou homoafetivas. O STF já reconheceu a **“inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico”**, aplicando-se a união estável entre pessoas do mesmo sexo as mesmas regras e mesmas consequências da união estável heteroafetiva (ADI 4277 e ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, j. 05.05.2011). 2. **Não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada pelo casamento e a formada por união estável. Tal**

⁵⁸ PORTAL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016.

⁵⁹ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017.

hierarquização entre entidades familiares é incompatível com a Constituição de 1988. Assim sendo, o art. 1.790 do Código Civil, ao revogar as Leis nº 8.971/1994 e nº 9.278/1996 e discriminar a companheira (ou o companheiro), dando-lhe direitos sucessórios bem inferiores aos conferidos à esposa (ou ao marido), entra em contraste com os princípios da igualdade, da dignidade humana, da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente e da vedação do retrocesso. 3. Com a finalidade de preservar a segurança jurídica, o entendimento ora firmado é aplicável apenas aos inventários judiciais em que não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha e às partilhas extrajudiciais em que ainda não haja escritura pública. 4. Provimento do recurso extraordinário. Afirmção, em repercussão geral, da seguinte tese: **“No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002.”**⁶⁰ (grifos da autora)

O voto do Recurso Extraordinário nº646721 foi uma grande vitória para a efetivação dos direitos dos companheiros, de maneira que o judiciário realize o que a autora entende ser o objetivo da Constituição de 1988: igualar em direitos as entidades familiares, dando-lhe segurança e proteção jurídica, independente de sua composição, não necessitando de limitação formal da lei, mas sim, a proteção desta a tais entidades familiares, baseando-se no princípio da afetividade e da igualdade.

A partir da leitura dessas decisões, pode-se observar sua importância no que tange a garantia da equiparação dos direitos sucessórios, que fora completamente diferenciado pelo Código Civil, sendo passível de se causar diversas injustiças sociais, tendo em vista que essas relações produzem consequências jurídicas que devem ser resguardadas, a exemplo dos direitos sucessórios.

A aclamação pelo princípio da igualdade da dignidade da pessoa humana e da vedação ao retrocesso permitiu que, conforme as decisões acima, fosse permitida tal equiparação e a inconstitucionalidade em parte deste dispositivo.

A doutrina majoritária, com exceção aos grandes conservadores, também já reconhece em suas teses que se deve haver a inconstitucionalidade deste artigo, de maneira que haja a equiparação dos direitos sucessórios dos companheiros.

Nesse sentido, Flávio Tartuce concorda com a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil, trazendo em seu livro os julgados que já representam essa inconstitucionalidade, bem como demonstrando seu entendimento favorável a este entendimento:

Como se verá, há julgados que reconhecem a inconstitucionalidade dessa previsão, por colocar o companheiro em posição desfavorável em relação a parentes longínquos, com os quais muitas vezes não se tem contato social. Ora, muitas vezes não se sabe sequer o nome de um tio-avô, de um sobrinho-neto ou mesmo de um

⁶⁰ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017.

primo. Deve ficar claro que este autor está filiado à tese de inconstitucionalidade do comando.⁶¹

No mesmo sentido, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho lecionam:

O mal localizado, pessimamente redigido e inconstitucional art. 1.790 confere à(ao) companheira(o) viúva(o) — em total dissonância com o tratamento dispensado ao cônjuge — um direito sucessório limitado aos bens adquiridos onerosamente²⁹ no curso da união (o que poderia resultar na aquisição de parte da herança pelo próprio Município, além de colocá-la(o) em situação inferior aos colaterais do morto (um tio ou um primo, por exemplo)).⁶²

E, concluindo nosso entendimento doutrinário sobre a decisão de inconstitucionalidade do artigo 1.970 do Código Civil, por tudo isso, traz Aldemiro Rezende:

Pensamos que o artigo 1.790, do Código Civil, deve ser destinado à lata do lixo, sendo declarado inconstitucional e, a partir daí, simplesmente ignorado, a não ser para fins de estudo histórico da evolução do direito. Tal artigo, num futuro não muito distante, poderá ser apontado como exemplo dos estertores de uma época em que o legislador discriminava a família que se formava a partir da união estável, tratando-a como se fosse família de segunda categoria⁶³

Toda essa análise do artigo 1.790 é muito importante para que se possa verificar as consequências do projeto demasiado antigo do Código Civil de 2002, principalmente no que se refere ao direito sucessório dos companheiros, bem como a Suprema Corte e os doutrinadores vem se posicionando no sentido de modificar a legislação em detrimento da garantia dos direitos dos companheiros.

Passa-se a observar o entendimento muito recente do Superior Tribunal de Justiça, na 4ª Turma, que também reconheceu a equiparação dos direitos sucessórios do companheiro no caso concreto. O Recurso Especial: 1337420/ RS (2012/0162113-5), que tem segue em segredo de justiça em relação às partes, por haver pessoa menor em sua composição, tem como Relator o Ministro Luis Felipe Salomão.

O Julgamento data em 22 de Agosto de 2017, sendo a decisão foi proferida quando da feitura deste trabalho, o que mostra que os Tribunais vêm se atualizando com a sua jurisprudência, bem como a declaração de inconstitucionalidade da desequiparação sucessória já vem surtindo efeito nas decisões em outros graus de Jurisdição. Segue a ementa, bastante esclarecedora enquanto o caso, bem como da garantia dos direitos do companheiro neste caso:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ADOÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA. SUCESSÃO. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL. REGIMES JURÍDICOS DIFERENTES. ARTS. 1790, CC/2002.

⁶¹ TARTUCE, Flávio, 2011, p. 1238.

⁶² GAGLIANO, Pablo Stolze, 2012, p. 437.

⁶³ JÚNIOR. Aldemiro Rezende Dantas, 2005, p. 132.

INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. EQUIPARAÇÃO. CF/1988. NOVA FASE DO DIREITO DE FAMÍLIA. VARIEDADE DE TIPOS INTERPESSOAIS DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA. ART. 1.829, CC/2002. INCIDÊNCIA AO CASAMENTO E À UNIÃO ESTÁVEL. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA COM TRÂNSITO EM JULGADO. 1. **A diferenciação entre os regimes sucessórios do casamento e da união estável, promovida pelo art. 1.790 do Código Civil de 2002 é inconstitucional, por violar o princípio da dignidade da pessoa humana, tanto na dimensão do valor intrínseco, quanto na dimensão da autonomia.** Ao outorgar ao companheiro direitos sucessórios distintos daqueles conferidos ao cônjuge pelo artigo 1.829, CC/2002, produz-se lesão ao princípio da proporcionalidade como proibição de proteção deficiente. Decisão proferida pelo Plenário do STF, em julgamento havido em 10/5/2017, nos RE 878.694/MG e RE 646.721/RS. [...] 3. **A partir da metade da década de 80, o novo perfil da sociedade se tornou tão evidente, que impôs a realidade à ficção jurídica, fazendo-se necessária uma revolução normativa, com reconhecimento expresso de outros arranjos familiares, rompendo-se, assim, com uma tradição secular de se considerar o casamento, civil ou religioso, com exclusividade, o instrumento por excelência vocacionado à formação de uma família.** 4. Com a Constituição Federal de 1988, uma nova fase do direito de família e, consequentemente, do casamento, surgiu, baseada num explícito poliformismo familiar, cujos arranjos multifacetados foram reconhecidos como aptos a constituir esse núcleo doméstico chamado família, dignos da especial proteção do Estado, antes conferida unicamente àquela edificada a partir do casamento. 5. Na medida em que a própria Carta Magna abandona a fórmula vinculativa da família ao casamento e passa a reconhecer, exemplificadamente, vários tipos interpessoais aptos à constituição da família, emerge, como corolário, que, se os laços que unem seus membros são oficiais ou afetivos, torna-se secundário o interesse na forma pela qual essas famílias são constituídas. 6. Nessa linha, considerando que não há espaço legítimo para o estabelecimento de regimes sucessórios distintos entre cônjuges e companheiros, a lacuna criada com a declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/2002 deve ser preenchida com a aplicação do regramento previsto no art. 1.829 do CC/2002. **Logo, tanto a sucessão de cônjuges como a sucessão de companheiros devem seguir, a partir da decisão desta Corte, o regime atualmente traçado no art. 1.829 do CC/2002** (RE 878.694/MG, relator Ministro Luis Roberto Barroso). 7. A partir do reconhecimento de inconstitucionalidade, as regras a serem observadas, postas pelo Supremo Tribunal Federal, são as seguintes: a) em primeiro lugar, ressalte-se que, para que o estatuto sucessório do casamento valha para a união estável, impõe-se o respeito à regra de transição prevista no art. 2.041 do CC/2002, valendo o regramento desde que a sucessão tenha sido aberta a partir de 11 de janeiro de 2003; b) **tendo sido aberta a sucessão a partir de 11 de janeiro de 2003, aplicar-se-ão as normas do 1.829 do CC/2002 para os casos de união estável, mas aos processos judiciais em que ainda não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha, assim como às partilhas extrajudiciais em que ainda não tenha sido lavrada escritura pública, na data de publicação do julgamento do RE n. 878.694/MG;** c) aos processos judiciais com sentença transitada em julgado, assim como às partilhas extrajudiciais em que tenha sido lavrada escritura pública, na data daquela publicação, valerão as regras dispostas no art. 1.790 do CC/2002. 8. Recurso especial provido.⁶⁴ (grifos da autora)

A observância desse julgado é importantíssima, visto que antes da declaração de inconstitucionalidade os demais parentes da linha sucessória eram priorizados em detrimento do companheiro. Esta decisão, já se utilizando da argumentação do Recurso Especial 878.694/MG e do Recurso Especial 646.721/RS, ambos do STF, veio para concretizar em

⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL: 1337420/ RS (2012/0162113-5). Recorrente : A C J C (Menor). Recorrido : A C E Outros. Quarta Turma. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Julgamento em 22 de Agosto de 2017. Publicação DJe 21/09/2017.

mais uma instância e confirmar que a aplicação dos direitos dos companheiros deve tender à aludida equiparação, no que for cabível, evitando o retrocesso de direitos e promovendo a igualdade constitucional das entidades familiares.

Outro julgado importante do Superior Tribunal de Justiça foi a que reconheceu a presunção de esforço comum, já tratado no capítulo 3 desta monografia, não caracterizado apenas na labuta conjunta, mas nas demais formas de esforço comum admitidas numa relação. Trata-se do Recurso Especial nº1337821/MG (2011/0084974-6), julgado pela 3ª Turma, no dia 21 de Novembro de 2013, tendo como Relatora a Ministra Nancy Andrighi. Segue a ementa:

CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS. ALTERAÇÃO DA DATA DO TÉRMINO DA UNIÃO ESTÁVEL. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. 07/STJ. IMÓVEL ONEROSAMENTE ADQUIRIDO PELO FALECIDO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. DIREITO DA COMPANHEIRA À MEAÇÃO. PRESUNÇÃO DE ESFORÇO COMUM. ARTS. ANALISADOS: 5º, LEI 9.278/96, 335, CPC. 1. Ação de reconhecimento e dissolução de união estável e partilha de bens distribuída em 19/01/2006, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 10/05/2012. 2. Discute-se se a união estável havida entre a recorrente e o falecido perdurou até a morte deste, em 1998, e se há presunção de esforço comum relativamente ao bem adquirido por ele, na constância do relacionamento. 3. O Tribunal de origem, ao decidir que não ficou demonstrado o restabelecimento da relação afetiva após 25/07/1995, teve por fundamento o lastro fático e probatório dos autos, de forma que a alteração da conclusão não prescinde do vedado reexame de fatos e provas, atraindo, pois, a incidência da súm. 7/STJ. 4. Conquanto o art. 5º da Lei 9.278/96 incida do momento de sua vigência em diante, não se pode negar que o seu espírito nasceu impregnado do senso de justiça e solidariedade que impõe, na interpretação do § 3º do art. 226 da CF, mesmo antes da correspondente regulamentação, o reconhecimento de que, como entidade familiar que é, a união estável pressupõe a intenção dos seus membros de comungar esforços para o alcance de objetivos que lhes são comuns, sejam eles patrimoniais ou extrapatrimoniais. 5. **Essa comunhão de esforços não se restringe à mera contribuição financeira, porque, na divisão de tarefas do cotidiano familiar, outras atividades existem, de igual importância e necessidade para a harmonia do convívio de todos os integrantes e a construção do almejado patrimônio.** 6. A tese de que até o advento da Lei 9.278/96 se exige a comprovação do esforço comum, para que tenha o companheiro direito à metade dos bens onerosamente adquiridos na constância da união estável, é construção jurisprudencial que não se coaduna com a natureza própria de entidade familiar, conferida, muito antes, pela Constituição Federal, sob cujos influxos axiológicos deve ser interpretado todo o Direito infraconstitucional. 7. Assim, o preenchimento do vácuo legislativo decorrente da ausência de regulamentação legal do § 3º do art. 226 da Constituição Federal impõe ao Juiz o dever de decidir no sentido que confira máxima efetividade ao dispositivo constitucional que reconhece a união estável como entidade familiar. **Para tanto, observando aquilo que ordinariamente acontece - que a formação da família pressupõe o empenho mútuo, no plano material e/ou imaterial, necessário à realização plena de seus integrantes -, a solução da controvérsia outra não deve ser senão a de reconhecer, salvo as exceções legais ou se pactuado diversamente pelos companheiros, o emprego do esforço comum para a aquisição onerosa de bens no curso da vida a dois.** 8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.⁶⁵

⁶⁵ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2013.

Tal decisão atualiza a aplicação da Súmula 380, editada pelo Supremo Tribunal Federal de 1964, que diz: “*comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum*”.⁶⁶

Tal súmula assegura o regime de meação entre os companheiros, o que levaria ainda a uma melhor compreensão do porquê dessa equiparação, além da responsabilidade doutrinária de se definir esforço comum. Sobre o tema, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho nos trazem:

“É claro que esta ainda não era uma fórmula perfeita — até mesmo porque quem decide conviver com alguém o faz por afeto pelo outro, não por *affectio societatis* — , mas se mostrou bastante conveniente para a solução de diversas situações fáticas submetidas à apreciação do Poder Judiciário.[...] Com a edição da súmula, essa situação encontrou melhor disciplina, o que foi ainda mais bem tratado com a respeitável tese — polêmica, é verdade! — da inexigibilidade de prova de contribuição econômica por parte da concubina (admitindo-se o apoio moral e psicológico, como companheira de vida, além do reconhecimento de que o esforço para a manutenção do lar, na atividade caseira e em analogia à prestação de serviços domésticos, já seria contribuição suficiente para autorizar a partilha)[...]”⁶⁷

No mesmo sentido, sobre a não restrição de esforço comum apenas no âmbito monetário, Farias e Rosenvald nos trazem:

“Esse esforço comum não precisa decorrer do exercício de atividade remunerada, podendo se materializar pela própria coexistência afetiva e pela solidariedade presente na relação conjugal. Exigir a prova de alguma contribuição financeira seria inviabilizar a aplicação do entendimento sumulado”⁶⁸

Essas decisões sobre o esforço comum para a meação e a não exigência de provas desse esforço são maneira que a doutrina busca de garantir aos companheiros direitos sucessórios e de partilha de bens de forma justa, de maneira que a meação seja efetivada e os direitos desses e dessas garantidos, resguardando a parte mais frágil na relação.

Muitas vezes a companheira encontra-se nesse polo mais frágil, que contribuía com seus serviços domésticos para possibilitar a aquisição dos bens pelo seu companheiro, aplicando-se esse entendimento, bem como para que haja justiça nos casos em que a comprovação de contribuição financeira de alguma das partes seja dificultosa.

Passada a observância dessas importantes jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, passemos a analisar a jurisprudência do Tribunal de

⁶⁶ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1964.

⁶⁷ GAGLIANO, Pablo Stolze, 2012, p. 433.

⁶⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de Curso de, 2015, p. 283.

Justiça da Paraíba, de maneira a observar julgados que tratem da união estável e da garantia dos companheiros nesta.

Mister se faz a análise de algumas decisões desse Tribunal, visto que a Comarca de Santa Rita se localiza no mesmo Estado, sendo essa Corte sua instância superior competente.

Iniciemos com uma decisão que reconhece os direitos previdenciários sucessórios a companheiros no caso concreto. Trata-se da Apelação nº 0010683-65.2013.815.2001, julgado em 27 de outubro de 2015 pela primeira Câmara Cível, sendo a apelante PBPREV-Paraíba Previdência e apelado Claudio Cassiano Da Silva, sendo o Relator o Desembargador Leandro Dos Santos. Segue a ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL RECONHECIDA. TERMO INICIAL DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO APÓS ÓBITO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. BENEFÍCIO. TERMO INICIAL DA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SOMENTE APÓS O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO ESTÁVEL. REFORMA DA SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO RECURSO. O Promovente somente faz jus ao benefício da pensão por morte a partir do requerimento administrativo efetuado após o reconhecimento judicial da união estável, pois, no momento do primeiro requerimento administrativo realizado logo após o falecimento da companheira, não possuía a condição de dependente perante o órgão previdenciário.⁶⁹

O Decreto Lei 7036/44 e a Lei nº 5.890/73, analisados no capítulo 2 e 3 desta monografia, trouxeram a positivação do direito ao benefício previdenciário para os companheiros.

No caso em questão, necessitou-se da ação de reconhecimento judicial da união estável para que o companheiro fizesse jus ao benefício de sua companheira falecida, garantindo, portanto, mais um direito, que é o do benefício previdenciário, assim como é garantido para os que são casados de maneira formal.

Outra decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba é da decisão de Agravo de Instrumento nº 2014135-04.2014.815.0000, da 1ª Câmara Cível, do Relator Des Leandro Dos Santos, que teve seu julgamento de Setembro de 2015, que diz:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL COM PARTILHA DE BENS. **COMPETÊNCIA DA VARA DE FAMÍLIA**. VALOR DA CAUSA MANTIDA. Estimativa efetuada pelo autor. Desprovidimento do RECURSO. - Em que pese haja divergência quanto aos bens que integrarão o patrimônio partilhável, deve prevalecer a estimativa efetuada pelo autor da demanda, em consonância com o benefício patrimonial que pretende auferir. - Quando a causa é desprovida de qualquer conteúdo econômico ou sendo ele inestimável, é que se admite a atribuição ao valor da causa um valor mínimo, que é fixado no regimento de custas, denominado "valor de alçada", o que incorre nos autos.⁷⁰

⁶⁹ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2015.

⁷⁰ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2015.

Além de se mostrar favorável ao reconhecimento de direitos dos companheiros na união estável, trago uma decisão que admite o reconhecimento da união pleiteada, bem como fixa a competência da Vara de Família para seu ajuizamento, competência esta fixada desde a Lei 9.278/96. Importante analisar essa decisão, visto que todos os casos aqui analisados foram ajuizados na 3ª Vara da Família da Comarca de Santa Rita-PB.

Na análise deste subtópico, podemos observar que já existe um avanço jurisprudencial e doutrinário acerca dos direitos dos companheiros, que ganharam cada vez mais forças devido as decisões das Supremas Cortes, criando precedentes que deverão ser observados por todas as instâncias jurídicas.

Os avanços sociais, a maior independência feminina, as “novas” formas de se constituir as entidades familiares, bem como a necessidade de proteção jurídica destas, devem ser observadas não somente na letra da Lei, mas deve ser interpretada e aplicada de acordo com as necessidades e mudanças sociais.

Não foram esgotadas todas as decisões desses Tribunais sobre o tema, mas foram abordadas as principais para que se possa realizar uma análise coerente e compreensível dos casos da Comarca de Santa Rita-PB, tratando das decisões e dos entendimentos doutrinários que contribuíram para esse estudo de caso seja bastante eficiente.

5 ANÁLISE DOS CASOS ACOMPANHADOS NA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, NÚCLEO SANTA RITA-PB, NOS ANOS DE 2015 E 2016

Após todo um aparato histórico e legislativo do instituto da união estável, onde fora possibilitado a compreensão do instituto, sua posituação – e as lacunas existentes-, como está sendo aplicado pelo Judiciário e a compreensão do órgão da Defensoria Pública, esta monografia passa agora, embasado em todos os capítulos anteriormente apresentados, a análise de três casos apresentados à Defensoria Pública da Paraíba.

Tratar-se-á de casos apresentados na Defensoria Pública da Paraíba, núcleo Santa Rita, que se localiza no Fórum Juiz João Navarro Filho, na cidade de Santa Rita Paraíba. À época dos casos apresentados, eram Defensoras da 3º Vara de Família as Defensoras Maria De Fatima De Sousa Dantas e Maria Fausta Ribeiro, as quais assinam as petições a serem analisadas. As peças processuais dos casos constam em anexo nesta monografia, de maneira que a leitura e compreensão da análise sejam satisfatórias.

Os casos foram ajuizados na 3º Vara de Família da Comarca de Santa Rita, Paraíba, sendo a juíza titular dessa Vara a Dra. Anamaria Cavalcanti Ciraulo.

Conforme dados de pesquisa realizada na 3º Vara de Família da Comarca de Santa Rita, com base no sistema de dados internos, no ano de 2015, foram ajuizados 1.233 (um mil, duzentos e trinta e três) processos nesta vara, incluídos os ajuizados pela Defensoria Pública, e, no ano de 2016 esse número compreende 1.633 (um mil, seiscentos e trinta e três) processos. Em 2015, conforme dados da pesquisa no sistema interno, foram ajuizadas 40 (quarenta) ações de união estável.

Sabemos que cada caso envolve suas particularidades, meio probatórios e pedidos próprios, devendo estes também ser observado. Será realizada a análise de como tramita a ação de reconhecimento e dissolução de união estável, trazendo inclusive, um caso de reconhecimento post mortem.

Há de se observar como as petições iniciais são estruturadas, quais os direitos que nelas foram alegados ou não, trazendo uma visão crítico-analítica dos casos, não se limitando a narrá-los, mas também expressar opinião sobre as peças e decisões presentes nos autos.

5.1 O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS POSITIVADOS

A assistência gratuita ofertada aos hipossuficientes, principalmente no que tange a seara jurídica, culminou historicamente na criação da Defensoria Pública, passando o Estado a garantir aos mais necessitados o acesso à justiça de maneira acessível e gratuita.

Trazendo breve histórico, o direito ao provimento jurisdicional aos mais carentes esteve presente em diversos dispositivos em várias das Constituições do nosso país.

A Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”⁷¹, foi uma das pioneiras, estabelecendo que deve o Estado organizar-se para prover a assistência judiciária para os que não tinham condições de arcar com os ônus de uma demanda.

A Constituição da República de 1988 trouxe, no seu Capítulo IV, “Das funções essenciais à Justiça”, a Defensoria Pública, conforme o seu assentado artigo 134:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.⁷²

Conforme nos traz sobre este artigo Felipe Dezorzi Borge:

Cumprir observar que a Constituição de 1988, ao organizar o Poder Estatal, não se limitou, como o fizeram as anteriores, às descentralizações tradicionais entre os complexos orgânicos denominados de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, instituindo um quarto complexo orgânico que, embora não conformando um quarto Poder, recebeu a seu cargo a função essencial de provedoria da justiça perante todos os demais Poderes de Estado.⁷³

A Lei Complementar nº 80 de 1994⁷⁴ é a Lei Orgânica da Defensoria Pública, que prescreve a organização territorial e jurisdicional desta.

O artigo 134, da Constituição Federal, em seu §4º, traz os princípios que devem guiar a atuação deste órgão:

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.⁷⁵

Sobre esses princípios, afirma Thayna Jandiarra Monteiro Izídio:

⁷¹ BRASIL, 1950.

⁷² BRASIL, 1988.

⁷³ BORGE, Felipe Dezorzi, 2010.

⁷⁴ BRASIL, 1994.

⁷⁵ BRASIL, 1988.

Esses princípios trazem uma direção ao órgão no tocante à sua aplicação e atuação, trazem consigo uma importância ética e permeiam a Defensoria Pública de questões de valores fundamentais, para que, dessa forma, o órgão tenha critério e condescendência na hora que for atuar.⁷⁶

A Defensoria possui autonomia funcional, conforme preceitua o § 2º do artigo 134, da Carta Magna⁷⁷ - incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - não sendo esse órgão subordinado a nenhum outro órgão ou ao Poder Executivo, principalmente no que tange às Defensorias Públicas Estaduais, não tendo que se vincular aos caprichos dos governantes estaduais, o que poderia prejudicar o exercício de suas funções, como explicita Filovalter Moreira dos Santos Júnior:

Se dentre os objetivos da República fundamentais estão: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer formas de discriminação, e para tanto o Estado se estrutura organicamente, através de Instituições para alcançar tal desiderato. Logicamente, não há razão para limitar funcionalmente tais Instituições às vontades políticas de algum dos Poderes do Estado⁷⁸

Instituída pela Lei Complementar nº 39 de 2002, em 15 de março de 2002, a Defensoria Pública Da Paraíba teve sua regulamentação de acordo com a Constituição, que teve sua publicação no Diário Oficial do Estado em 16/03/2002. O Governador Ricardo Coutinho sancionou a Lei Complementar nº 104, que trata dos pontos organizacionais e de estruturais da Defensoria Pública da Paraíba.⁷⁹

À época dessa Lei Complementar e dos casos analisados nesta monografia (anos 2015 e 2016), este órgão possuía como o Defensor Público Geral o Defensor Vanildo Oliveira Brito, e, atualmente a Defensora Pública Geral é a Defensora Maria Madalena Abrantes Silva, tendo Otávio Gomes de Araújo como Subdefensor Público Geral e Charles Gomes Pereira como Corregedor Geral.⁸⁰

Assim, em sua atuação, os defensores visam promover a efetivação do direito ao acesso à justiça aos hipossuficientes, preservando a sua dignidade e sua cidadania, permitindo que os mais necessitados também sejam atendidos pelo Poder Judiciário na resolução e visibilidade de suas demandas.

⁷⁶ IZÍDIO, Thayna Jandiarina Monteiro, 2015, p. 38

⁷⁷ § 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

⁷⁸ SANTOS JÚNIOR, Filovalter Moreira dos, 2013.

⁷⁹ DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA, 2017.

⁸⁰ Ibid.

Sobre a Defensoria e sua atuação na Paraíba, Thayna Jandiarra Monteiro Izídio nos traz:

“A Defensoria Pública da Paraíba, assim como todas as outras, possui uma função social e é tida como ponte entre os carentes e o Poder Judiciário, visto que seus agentes atuam como defensores dos direitos dos cidadãos e da preservação de sua dignidade. Acontece que a cada dia o contingente de pessoas que precisam do acesso ao Judiciário cresce, e o número de Defensores vai ficando incompatível com a demanda. Apesar de haver um déficit no número de defensores, destes não serem reconhecidos como devem, e haver precariedade em relação ao salário dos agentes e estrutura para atuarem, há um esforço para que o trabalho que exercem seja feito da maneira mais digna possível, tanto para os próprios defensores, quanto para os assistidos.”⁸¹

Assim como os advogados são essenciais para que seja realizada a promoção da justiça, o órgão da Defensoria é primordial para que esta seja efetivada. Dar voz àqueles mais necessitados que, sem esse meio para pleitear suas causas, não teriam condições de resolver seus litígios, o que os negaria não só uma marginalização judicial, mas também social.

Instrumento importante para a garantia dos direitos previstos em nossa Constituição, a Defensoria Pública além de cumprir a sua função social de levar o direito ao provimento jurisdicional aos mais carentes, prima por garantir a dignidade dessas pessoas, de maneira que estas também, assim como ocorre nos casos de uniões não constituídas formalmente, tenham possibilidade de ser resguardada pelas leis e pela jurisdição.

Os atendidos nos núcleos da Defensoria devem ser tratados de forma justa, sem distinção de nenhuma forma, garantindo que estes se sintam resguardados, informados e bem representados perante o Poder Judiciário, sem que haja desigualdade entre as pessoas que dele se utilizem.

Portanto, após analisarmos a legislação que institui a Defensoria Pública, termos uma noção sobre como foi fundada e como funciona a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, bem como quais as suas funções e finalidades, passemos a analisar os casos trazidos a essa monografia, que foram protocolados e acompanhados pela Defensoria Pública da Paraíba, núcleo Santa Rita-PB, perante a 3ª Vara de Cível, da Comarca de Santa Rita-PB.

5.2 RESUMO DOS CASOS ANALISADOS

Observando a ordem cronológica dos processos selecionados, iniciemos com o Processo Número: 0802075-40.2015.8.15.0331⁸², que teve como órgão julgador a 3ª Vara de

⁸¹ IZÍDIO, Thayna Jandiarra Monteiro, 2015, p. 43

⁸² Vide Anexo A.

Santa Rita, com a primeira distribuição em 21/07/2015, tendo o valor da causa: R\$ 788,00, cujo assunto é Reconhecimento e Dissolução de União Estável, não correndo o processo em segredo de justiça, e tendo sido concedida a justiça gratuita, bem como pedido de liminar ou antecipação de tutela. Atuaram como partes a autora Maria Ivanildes Ribeiro, o réu José Ribamar Genuíno De Jesus e a presença do Ministério Público Do Estado Da Paraíba – PGJ.⁸³

A inicial deste processo, cuja autora é representada pela defensora pública Maria Fausta Ribeiro, fora intitulada como Ação De Medida Cautelar De Separação De Corpos, tendo em vista que a autora além de desejar reconhecer a união estável de 24 anos, almejava também que o requerido fosse retirado judicialmente do imóvel que estes possuíam, uma vez que estes não conviviam mais de forma marital, por estar havendo conflito entre as partes, além da omissão de sustento e auxílio por parte do requerido. A petição fora fundamentada de acordo com o cabimento da concessão liminar de separação de corpos.

A requerente não juntou documentos comprobatórios, o que levou a juíza a indeferir a liminar e determinar a designação de audiência prévia, de maneira a ouvir as partes e arrolar testemunhas.

No termo de audiência Cível do dia 4 de setembro de 2015, a juíza reconheceu a união estável, devido ao que fora alegado na exordial, e solicitou que a Defensora retificasse a exordial para que a ação passasse a ser nominada Ação De Reconhecimento E Dissolução De União Estável Com Pedido De Tutela Antecipada.

Em 26 de janeiro de 2016, a Defensora pública requereu a emenda supra, ratificando o período liminar.

Após a citação, o réu apresentou Contestação, representado pela defensora pública Maria de Fátima de Souza Dantas, onde reconhece a existência da união estável, mas negara a ausência de auxílio e sustento de sua família, deixando de cumpri-la apenas quando esteve enfermo. O requerido alegou nesta peça que não possui outra moradia e que a liminar traria consequências nefastas para sua situação pessoal. Interessante ressaltar que, nos pedidos, o requerido pediu que fosse julgado improcedente o pedido alegado na exordial, por não se atribuir somente o réu fracasso da união, bem como anexou o rol de testemunhas e documentos do imóvel.

O processo culminou em Audiência Cível, onde foram proferida sentença no dia 11 de maio de 2017, que será analisada em capítulo específico.

⁸³BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2017.

O segundo processo a ser analisado é o processo número: 0803314-79.2015.8.15.0331⁸⁴, que teve como órgão julgador a 3ª Vara de Santa Rita, com a primeira distribuição em 27/10/2015, tendo o valor da causa R\$ 9.456,00, cujo assunto Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Divisão De Bens E Alimentos, não correndo em segredo de justiça e tendo sido concedida a justiça gratuita. Aturaram como partes a autora Evaneide Carneiro De Andrade, o réu Arlan De Albuquerque Ferreira e a participação do Ministério Público Do Estado Da Paraíba – PGJ.⁸⁵

A requerente, representada pela defensora Maria de Fátima de Souza Dantas, alega na inicial que as partes conviveram juntos por 22 anos, mas que já estavam em separação de corpos há sete meses. Desta união obtiveram dois filhos, bem como adquiriram três bens, sendo estes dois imóveis e um carro. A petição fora fundamentada no artigo 1.723 do Código Civil. Nos pedidos autora requer a declaração de existência e dissolução da união estável, bem como alimentos para os filhos no valor de 100% (cem por cento) do salário mínimo vigente. A autora anexou documentos que comprovam a renda do réu, os documentos dos filhos e dos bens alegados na exordial.

O requerido, representado por advogado particular, apresentou Contestação, onde afirmava que não houve acordo entre as partes com relação a divisão dos bens, bem como a impossibilidade de pagar 100% (cem por cento) do salário mínimo vigente como valor de pensão alimentícia para os filhos, oferecendo, nesse sentido, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Restou este omissso enquanto concordância ou discordância da união estável.

Em petição datada no dia 14 de janeiro de 2016, a defensora Maria de Fátima de Souza Dantas requereu Tutela Antecipada, referente ao pedido de alimentos, de maneira a ser entregue a requerente o valor e sendo comprovado o pagamento mediante recibo, ratificando o pedido de 100% (cem por cento) do salário mínimo vigente. Anexou os documentos dos filhos para justificar este valor, entre eles o da faculdade de uma deles.

Ocorreu a Audiência Cível, realizada em 28 de abril de 2016, onde ficou comprovada apenas a união estável e estabelecida a quantia de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente para os alimentos, restando solicitada a juntada dos documentos do imóvel do galpão e a oitiva dos menores.

⁸⁴ Vide Anexo B

⁸⁵ BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. 3º Vara Mista da Comarca de Santa Rita. Processo nº: 0803314-79.2015.8.15.0331. Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Divisão de Bens e Alimentos. Requerente: Evaneide Carneiro De Andrade. Requerido: Arlan De Albuquerque Ferreira. Publicação em audiência em 28 de abril de 2016.

A parte autora, no dia 4 de maio de 2016, renunciou ao patrocínio da defensoria pública e constituiu advogado particular. Esta apresentou Agravo De Instrumento nº 080200257.2016.815.0000⁸⁶, sendo o desembargador relator do Desembargador Leandro dos Santos, em face da decisão proferida pela primeira instância, devido ao arbítrio do valor de alimentos em 50% (cinquenta por cento), onde o desembargador relator decidiu majorar os alimentos provisionais em 2 (dois) salários mínimos.

A partir dessa decisão, em Termo De Audiência Cível, tendo sido realizada no dia 10 de maio de 2016, a juíza da 3ª Vara intimou as partes para produzirem provas e alterassem a ação para Ação Para Procedimento Ordinário, uma vez que já havia sido sanada a questão do reconhecimento da união estável, restando a discussão dos alimentos e da divisão dos bens.

O réu apresentou Embargos De Declaração nº 0802002-57.2016.815.0000 sobre a decisão embargada, alegando haver erro material nesta decisão, havendo divergência entre a fundamentação e o dispositivo desta. O Desembargador Leandro dos Santos diminuiu os alimentos de 2 (dois) salários mínimos para 1 (um) salário mínimo vigente.

Por fim as partes entenderam por fazer um acordo, onde este foi anexado ao processo, que traz as disposições sobre os bens, os alimentos, bem como reconhecimento e dissolução da união estável entre as partes. A forma como esse acordo tem conformidade com a positivação do direito dos companheiros na união estável será vista em Capítulo específico.

O terceiro processo a ser analisado é o processo de número: 0803524-96.2016.8.15.033, que teve como órgão julgador a 3ª Vara de Santa Rita, que teve sua primeira distribuição em 28/09/2016, tendo o valor da causa: R\$ 880,00, cujo assunto é Ação De Reconhecimento E Dissolução De União Estável “Post Mortem”, não correndo em segredo de justiça, tendo sido deferido o pedido de justiça gratuita. Atuaram como partes a autora Edicleide Costa Lira, a ré Maria José De Santana (mãe do companheiro falecido) e Ministério Público Do Estado Da Paraíba.⁸⁷

Este caso possui particularidade por ser uma união estável “post mortem”, onde a autora, por meio da defensora Maria de Fátima de Souza Dantas, ajuizou Ação De Reconhecimento E Dissolução De União Estável Post Mortem. No polo passivo esta a mãe do companheiro falecido, a senhora Maria José de Santana. A autora alega na exordial que conviveu por cinco anos com o senhor Fabrício Santana (de cujus), que da constância dessa relação tiveram um filho, sendo este menor, que adquiriram um imóvel no qual ela residia com seu filho, que ajuizara a ação por temer ameaças da ré para que ela deixasse o imóvel. A

⁸⁶ Vide Anexo C.

⁸⁷ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2017.

requerente anexou documentos e fotografias para comprovar a união estável. A petição foi fundamentada no artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal, bem como a Lei 9.278/96 e no Código Civil de 2002. Nos pedidos, autora requerer o reconhecimento da união estável para que surja o direito ao bem.

A parte ré apresentou contestação onde alegou que não negaria que seu filho viveu em união estável com a requerente durante o período de 03 (três) anos, mas que estes já estavam separados antes do de cujus vir a falecer, e que, com relação ao imóvel alegado na petição inicial, este fora adquirido antes da união estável. Alega que não ameaçou a promovente desta ação para que saísse do imóvel. Nos pedidos a requerida contestou direito ao bem, alega, pois, que este foi comprado antes do de cujus iniciar um relacionamento com a requerente. Como meio de prova anexou documentos e rol de testemunhas.

No dia 5 de Abril de 2017 fora realizada a audiência, seguida da conciliação da lide. A sentença será analisada em capítulo específico.

5.3 A CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E FUNDAMENTAÇÃO NOS CASOS ANALISADOS

No processo nº 0802075-40.2015.8.15.0331, a autora Maria Ivanildes Ribeiro e réu José Ribamar Genuíno De Jesus, inicialmente a defensora entendeu por solicitar somente a concessão liminar de separação de corpos, “*inaudita altera pars*”, determinando o afastamento do requerido imóvel, tendo me vista a situação na qual se encontrava a autora quando da solicitação desta inicial. Posteriormente, fora solicitada pela própria juíza que a ação fosse renomeada para Ação de Reconhecimento e Dissolução De União Estável Com Pedido De Tutela Antecipada.

Na inicial, fora alegado que as partes moram juntas há 24 anos, e este relacionamento teve como fruto 02 (duas) filhas, uma de 15 (quinze) anos, e outra de 24 (vinte e quatro) anos, podendo, desta afirmação encaixarmos algum dos requisitos do artigo 1.723⁸⁸ do Código Civil, tais como a convivência pública, contínua e duradoura, e para além dele, visto que os companheiros residiam juntos. O objetivo de constituir família, o item mais subjetivo a ser identificado, pode ser observamos quando da leitura da inicial, visto o tempo de convivência, a procriação, a aquisição de um imóvel no nome de ambas as partes e o cuidado mútuo, que,

⁸⁸ Vide explanação sobre o tópico 3.3 desta monografia, que transcreveu e explicou todos os dispositivos a serem citados.

mesmo a autora alegando que estaria havendo omissão do requerido, este um dia já havia lhe prestado.

No mesmo sentido, em sua contestação, o senhor José Ribamar também demonstra os requisitos caracterizadores da união estável, principalmente por ratificar o tempo de convivência de vinte e quatro anos, que sempre teve afeto e cuidado para com sua família. Nesse molde, podemos observar que o requerido além de tentar caracterizar os elementos do artigo 1.723 do Código Civil, também desejou esclarecer-se sobre o artigo 1.724⁸⁹, observando que sempre tratou com respeito, assistência e sustento dos filhos, excetuando-se o momento em que se encontrou enfermo, estando omissos ao dever de sustento. A contestação não fora fundamentada em nenhum desses artigos.

Portanto, da análise dessas petições, podemos observar que mesmo sem a fundamentação expressa dos dispositivos legais acima mencionados, resta caracterizada a união estável das partes, e, se houver a dissolução, deve-se resguardar o direito à meação⁹⁰ do bem adquirido em conjunto e dos alimentos⁹¹ aos filhos menores.

Passemos ao processo número: 0803314-79.2015.8.15.0331, a autora Evaneide Carneiro De Andrade, o réu Arlan De Albuquerque Ferreira. A partir do resumo deste processo apresentado no subtópico anterior, restou demasiadamente longo e com controvérsias sobre os direitos a serem garantidos, principalmente no valor da pensão, tendo sido as decisões objetos de recursos em segunda instância.

Na inicial, a autora traz na parte da fundamentação já a menção ao artigo 1.723 do Código Civil, bem como a sua transcrição, de maneira que haja a caracterização da união estável. Porém, apesar de pleitear o direito aos alimentos e o direito aos três bens do casal, esta não colocou o dispositivo sobre a meação dos bens adquiridos conjuntamente, nem do dispositivo que trata de alimentos, sendo estes os artigos 1.725 e 1.694 do Código Civil, bem como o dispositivo constitucional base de toda a legislação de união estável, o artigo 126, §3º da Constituição Federal⁹².

Em sua Contestação, o réu fora omissos sobre a questão da união estável, inclusive, em sua qualificação, denominando-se como “solteiro”, e não como em união estável. Com relação aos bens, o réu fora bastante preconceituoso em sua afirmação de desejar colocar o imóvel em nome dos filhos, e não realizar a meação, deixando para a autora apenas o usufruto

⁸⁹ Vide explanação sobre o tópico 3.3 desta monografia, que transcreveu e explicou todos os dispositivos a serem citados.

⁹⁰ Artigo 1725 Código Civil.

⁹¹ Artigo 1.694 Código Civil.

⁹² Vide explanação sobre o tópico 3.1. desta monografia, que transcreveu e explicou o dispositivo citado.

do imóvel. Essa afirmação dada por advogados em sua peça nos exprime o preconceito contra a cônjuge varoa, no sentido de que esta perderia seu direito à meação, garantido pelo artigo os artigos 1.725 do Código Civil.⁹³ O réu também contestou o valor da pensão alimentícia, ofertando o valor de quinhentos reais para os alimentos. A petição de Contestação não trouxe nenhum dispositivo para fundamentar suas alegações ou requerimentos, nem mesmo documentos comprobatórios.

Portanto, tendo em vista a escrita das petições, se restassem esclarecidos, principalmente ao requerido, que é direito da autora aos bens, e não de seus filhos menores, uma vez a existência do artigo 1.725 do Código Civil e da vedação de herança de pessoa viva, conforme nos traz o entendimento de Carlos Roberto, que não existe herança de pessoa viva, que segue:

Não há de falar me herança de pessoa viva, embora possa ocorrer a abertura da sucessão do ausente, presumindo-se-lhe a morte (CC, arts. 26 e s.). Destarte, constituem pressupostos da sucessão: a) que o de cujus tenha falecido; b) que lhe sobreviva herdeiro. Se o autor da herança estiver vivo, não haverá sucessão (*viventis nulla hereditatis*).⁹⁴

Houve, portanto, um erro grotesco de omissão da defesa, em relação a este esclarecimento, bem como nos demais recursos apresentados, visto a falta de fundamentação, ausência de tratar sobre todos os assuntos pertinente, sendo eles os alimentos e os bens.

A juíza de primeiro grau reconheceu, apesar da omissão, de acordo com o alegado na inicial e que pode ser interpretado da contestação, a união estável e designou audiência para que se produzissem provas, para resolver os direitos oriundos dessas. Porém, este processo se encerrou para a nossa análise em um acordo realizado entre as partes e seus procuradores, que tratou tanto do reconhecimento e dissolução da união estável, como na correta meação dos bens e da fixação do quantum alimentício.

Resta demonstrado a necessidade de um estudo sobre o tema, da maior divulgação sobre os reais direitos dos companheiros, bem como da necessidade, principalmente perante o judiciário, de fundamentá-los conforme a legislação e entendimentos vigentes.

Iniciemos agora a análise da fundamentação e caracterização de união estável no processo de número: 0803524-96.2016.8.15.033, cujo assunto é Ação De Reconhecimento E Dissolução De União Estável “Post Mortem”, sendo a autora a senhora Edicleide Costa Lira, e requerida a senhora Maria José De Santana, mãe do companheiro falecido.

⁹³ Vide explanação sobre o tópico 3.3. desta monografia, que transcreveu e explicou o dispositivo citado.

⁹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto, 2016, p. 33.

A partir da leitura da inicial, podemos observar que a autora alega o período de tempo que estiveram juntos ela e o de cujus, a existência de um filho comum entre eles, bem como explicita os requisitos do artigo 1.723 do Código Civil, alegando ser a convivência pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, conhecida por parentes e amigos. A autora se utilizou do meio probatório de fotografias para comprovar o que estava alegando. A requerente deseja o reconhecimento da União Estável para que produza seus efeitos jurídicos e legais, com a partilha dos bens comuns.

Como fundamentação, a petição inicial é repleta de dispositivos e entendimentos que buscam o reconhecimento da união estável e o direito ao bem que o casal. Trouxe a explicitação do artigo 226, § 3, da Constituição Federal, a lei Lei 9.278/96 e seus artigos, incluindo o 7º, que resguarda os efeitos patrimoniais da união estável, o artigo Art. 1.723 do Código Civil, bem como entendimentos de vários doutrinadores, de maneira a assegurar o direito a meação do bem para com seu filho, garantindo o direito real de uso, bem como o de realizar inventário para a partilha.

Na contestação da requerida, esta não nega o período de convivência da autora com o de cujus, porém alega que o imóvel fora adquirido antes da constituição da união estável. Não houve fundamentação com dispositivos legais ou entendimentos doutrinários nesta contestação.

Para retirar o direito ao imóvel da requerente, esta teria que alegar que os bens da união estável são divididos conforme a comunhão parcial de bens, no que lhe couber, conforme preceitua o Art. 1.725 do Código Civil. No regime de comunhão parcial de bens, só tem direito à meação aos bens que foram adquiridos conjuntamente, excluindo-se os adquiridos anteriormente ao início da união estável. Restaria a discursão sobre se a companheira seria ou não equiparada à companheira na ordem sucessória do artigo Art. 1.829, inciso I⁹⁵ e artigo Art. 1.832⁹⁶ do Código Civil, ou se defenderia a aplicação do dispositivo 1.790 do Código Civil, que trata de maneira diferenciada a cônjuge da companheira, apresentado os dispositivos e seus entendimentos pelos tribunais e doutrinas.⁹⁷

⁹⁵ “Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.

⁹⁶ Art. 1.832. Em concorrência com os descendentes (art. 1.829, inciso I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.

⁹⁷ Fica esta discussão apenas para a possível fundamentação da contestação para justificar suas alegações, tendo em vista esta monografia entender e defender, conforme tudo que fora apresentado nos capítulos anteriores, principalmente as decisões de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior

Diante do que fora exposto nas peças vê-se que a fundamentação da união estável, quando esta traz claros dispositivos e entendimentos em seu corpo de texto, deixa mais evidente quando se há a verdadeira constituição de união estável, principalmente no que tange a sua declaração em casos *post mortem*, que irá gerar consequências sucessórias para as partes.

Após observamos e opinarmos a fundamentação das petições iniciais e a caracterização da união estável a partir destas, passemos a discutir como, após a análise de tudo que lhe fora apresentado, a juíza de primeiro grau compreende os direitos dos companheiros em suas sentenças, bem como estas são estruturadas com base no que fora exposto.

5.4 ANÁLISE DAS SENTENÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO JURÍDICO E PESSOAL DAS PARTES

Como já fora explicitado anteriormente, a existência de uma união estável traz efeitos tanto para a esfera íntima de cada companheiro, mas também desencadeia uma série de relações jurídicas e patrimoniais, exigindo, portanto, uma regulamentação correta, bem como que seja corretamente tratada pelo Poder Judiciário.

O Código de Processo Civil nos traz em seu artigo 203, §1º, o conceito de sentença: *“sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.”*⁹⁸. Os fundamentos do artigo 485⁹⁹ do Código de Processo Civil são as hipóteses em que a sentença julga sem resolução do mérito, e a do artigo 487¹⁰⁰ do mesmo Código ocorre quando a sentença julga com resolução do mérito.

Tribunal de Justiça sobre o artigo 1.790 do Código Civil, que devesse ser equiparada o regime sucessório dos cônjuges e dos companheiros.

⁹⁸ BRASIL, 2015.

⁹⁹ Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência; VIII - homologar a desistência da ação; IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e X - nos demais casos prescritos neste Código.

¹⁰⁰ Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; III - homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; b) a transação; c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Ao analisarmos sentenças, estaremos avaliando a maneira como as leis serão efetivadas, como estas irão surtir efeitos na vida de cada que se propôs litigar perante o judiciário.

Além do que está escrito no papel, a sentença que reconhece e dissolve a união estável gera uma série de direitos e deveres para os companheiros, devendo o juiz nesta sentença fixar o termo inicial da união, de maneira que reste comprovada o início da produção de efeitos pessoais e patrimoniais que esta faz originar.

No processo nº 0802075-40.2015.8.15.0331, a autora Maria Ivanildes Ribeiro e réu José Ribamar Genuíno De Jesus, fora realizada audiência no dia 11 de maio de 2016, onde compareceram as partes e seus representantes, e, perante a juíza, estabeleceram um acordo sobre o reconhecimento da união estável em 1990 a 2015, bem como que a guarda da filha menor ficaria com o genitor, e que o bem seria partilhado administrativamente entre os companheiros. A juíza prolatou a seguinte sentença:

“RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. ACORDO. PARECER FAVORÁVEL DO MP. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO FORMULADO. Vistos, etc. A parte autora ingressou com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável contra MARIA IVANILDES RIBEIRO e JOSÉ RIBAMAR GENUÍNO DE JESUS. Designada audiência conforme determinado no NCPC. Designada esta audiência de conciliação, as partes chegaram ao acordo acima formulado. ISTO POSTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos homólogo por sentença o acordo celebrado entre as partes, e o faço com fundamento no ART. 226 parágrafo 3º da Constituição Federal c/c o art. 487, inc. III do N.C.P.C., c/c o art. 1723 do Código Civil vigente e declaro reconhecida e dissolvida a união estável havida entre MARIA EVANILDES RIBEIRO e JOSÉ RIBAMAR GENUÍNO DE JESUS no período compreendido do início de 1990 e findou em junho de 2015. Publicada em audiência, ficam as partes intimadas. registre-se. AS PARTES RENUNCIAM AO PRAZO RECURSAL CONCORDÂNCIA DO MINISTÉRIO. Archive-se.”¹⁰¹

Observa-se a sentença reconhece a união estável e a dissolve. Com isso surge o efeito patrimonial que dá aos companheiros metade do bem adquirido conjuntamente, o que não ficou esclarecido, podendo causar prejuízo e injustiça para uma das partes.

A sentença homologatória também nada trata sobre os alimentos devidos a menor por sua genitora, visto que a sua guarda ficara com o genitor, devendo esta ter estipulado valor alimentar, uma vez que de acordo com o artigo 1.724 do Código Civil, é dever de ambos os companheiros a guarda, sustento e educação dos filhos.¹⁰²

Além do mais, fora requerido liminar de separação de corpos, não sendo também tratada nesta sentença. Tratando-se de hipossuficientes, essas omissões pecuniárias e patrimoniais restam demasiadamente incoerentes. A consequências da falta de auxílio

¹⁰¹ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2017.

¹⁰² BRASIL, 2002.

alimentício ou da correta divisão de bens podem acarretar sérios danos a uma das partes. Portanto, apesar de reconhecida a união estável, a sentença não cuidou da efetivação dos seus direitos de maneira correta, restando repleta de omissões.

Com relação ao processo número: 0803314-79.2015.8.15.0331, cuja autora é a senhora Evaneide Carneiro De Andrade e o réu Arlan de Albuquerque Ferreira, a juíza proferiu uma decisão no dia 28 de abril de 2016, onde as partes acordaram a declaração de união estável de início em final 1995 e término em junho 2014, determinou alimentos provisórios em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, bem como solicitou documentos do imóvel do galpão e do automóvel alegado na inicial e a oitiva dos filhos.

Inconformada com o valor arbitrado, a autora apresentou Agravo de Instrumento, e, posteriormente, o requerido apresentou também apresentou recurso de Embargos de Declaração, ambos questionando o valor dos alimentos a serem pagos para os filhos do casal.

Tais recursos e a não finalização desta ação em sentença proferida apenas em audiência cível demonstra que, se houvesse tentado um arbítrio de alimentos de maneira que ambas as partes concordassem, bem como fosse de logo solicitado provas e documentos que faltaram, a questão teria sido resolvida pela própria juíza de primeiro grau, sem a necessidade de discursão em sede recursal.

No dia 30 de agosto de 2016, ficou sanada a ação de Reconhecimento e Dissolução de União estável através de acordo (anexo) realizado entre as partes e seus procuradores, que estabeleceu corretamente o valor a ser pago em pensão alimentícia, bem como fora realizada a meação dos bens dos companheiros.

No processo de número: 0803524-96.2016.8.15.033, tendo como a autora Edicleide Costa Lira, a ré Maria José De Santana (mãe do companheiro falecido), acredito que a decisão proferida pela juíza de primeiro grau fora satisfatória para as partes, tendo em vista que na audiência do dia 5 de abril de 2017, as partes concordaram que a união estável iniciou-se em meados de 2007 fundou em três de abril de 2012, com a morte do companheiro, bem como que tiveram um filho, sendo este menor e fizeram um acordo de relação de direito de visitas da avó paterna em favor do seu neto. A sentença proferida homologando o acordo é a seguinte:

RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. ACORDO. PARECER FAVORÁVEL DO MP. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO FORMULADO. Vistos, etc. A parte autora ingressou com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável contra MATHEUS COSTA DE SANTANA E MARIA JOSÉ DE SANTANA. Designada audiência, conforme determinado no NCPC. Designada audiência de conciliação, as partes chegaram ao acordo acima formulado. ISTO POSTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes,

e o faço com fundamento no art 226, §3º da Constituição Federal c/c o ART. 487, III do NCPC c/c Art 1723 do Código Civil vigente e declaro reconhecida e dissolvida a união Estável havida entre EDICLEIDE COSTA LIRA E FABRÍCIO DE SANTANA no período compreendido de meados de 2007 até 03/04/2012 (data da morte do companheiro). Publicada em audiência, ficam as partes intimadas, registre-se. AS PARTES RENUNCIAM AO PRAZO RECURSAL COM CONCORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Arquive-se.¹⁰³

No que concerne o acorde, este restou bem estruturado, tendo em vista que o objetivo da ação era o reconhecimento do período de União Estável de maneira que se produza os efeitos jurídicos, bem como tratou do filho menor e o direito de visitas da avó. Os demais direitos patrimoniais, tendo em vista se tratar de bens de falecido, devem ser tratados através ação autônoma de inventário, da qual poderá se utilizar dessa ação para comprovar sua união estável com o de cujus.

Observamos, portanto, nesses três processos, o que ocorre quando a sentença promove uma correta decisão, devendo haver uma correta observação das peças processuais, bem como deve-se haver a audiência de maneira a ouvir ambas as partes.

A união estável trata-se de uma relação que não se reveste de formalidades, devendo ser observadas os requisitos do artigo 1.723 do Código Civil para que haja sua caracterização. A partir da observância dessa caracterização e dos pedidos realizados pelas partes, o juízo não poderá restar omissa a nenhum dos assuntos pleiteados pelos companheiros, podendo sua omissão acarretar em diversos recursos, ou, se passadas despercebidas, com o passar do tempo, poderá gerar prejuízos pessoais e patrimoniais para uma das partes.

Em um relacionamento livre como é a união estável, as partes só procuram o judiciário quando realmente necessitam de uma segurança jurídica, principalmente as trazidas a esta análise, que são representadas pela Defensoria Pública, sendo estes hipossuficientes, que não possuem recursos para arcar com as despesas processuais

A importância dessas análises se reflete na população de Santa Rita, na Paraíba, de onde são os litigantes. Essa é a parcela da população que busca a jurisdição analisada, que recebe os efeitos pessoais e sociais das sentenças proferidas, bem como a Faculdade de Direito, com o campus localizado no Município de Santa Rita, Paraíba, visto que possuem um amplo objeto de estudo e aprendizado, principalmente no que concerne a 3º Vara desta Comarca.

Podemos concluir com toda essa análise que a magistrada em questão, nos três processos, se mostra em concordância com os dispositivos constitucionais e cíveis da união estável, não havendo em suas sentenças discordância com os entendimentos trazidos nesta

¹⁰³ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2017.

monografia, apesar das omissões na decisão do primeiro processo. Resta aos aplicadores e estudiosos do direito continuarem na atuação de maneira a não permitirem o retrocesso ou a não efetivação dos direitos dos companheiros na união estável, continuando os avanços na aplicação e na legislação, de maneira a se garantir os princípios da liberdade, da afetividade e da promoção da dignidade da pessoa humana.

6. CONCLUSÃO

A união estável, entendida anteriormente como concubinato puro, era vista com preconceito tanto pela sociedade, como pelo judiciário, que primava pelo relacionamento monogâmico e revestido de formalidades.

Com o decorrer dos anos, restou ser indispensável que, devido ao grande número de uniões familiares sem respaldo legal, o tema passasse a ter mais visibilidade pelo Poder Legislativo, que passou a elaborar as Leis que ainda hoje surtem efeitos em relação à essas uniões.

Com a positivação do artigo 126 da Constituição Federal e do Código Civil de 2002, não se justifica que sejam tratados de maneira desiguais os direitos patrimoniais e pessoais dos companheiros para com os do cônjuge. E, apesar de o Código Civil não ter inovado na legislação sobre a união estável, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Justiça vem lutando para equiparar os direitos dos companheiros e dos cônjuges.

Mesmo já havendo entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o reconhecimento e sobre os direitos dos(as) companheiros(as) partilha de bens na união estável, na prática não é possível verificar a correta aplicação deste instituto e do direito de partilha, bem como faz-se muitas vezes confuso ou omissos os saberes e estudos sobre o tema.

Tendo em vista a união estável estar positivada em nossa Constituição Federal, bem como regulamentada por as leis específicas e pelo Código Civil de 2002, faz-se, nesse ínterim, necessária o correto estudo, análise e aplicação deste instituto, vez que deve haver a garantia do direito aos bens pelas partes, e deve o poder jurisdicional e aos seus efetivadores garanti-los a quem os for por legítimo direito.

A intenção não é igualar à união estável ao casamento, tendo em vista estas possuírem suas particularidades, mas sim garantir ao companheiro que não revestiu seu relacionamento com as formalidades do matrimônio os direitos que lhe são cabíveis, visto que em ambas entidades, o princípio da afetividade e da dignidade devem prevalecer nas decisões.

Porém, enquanto houver um pensamento forte conservador e não muito crítico na nossa sociedade e nos nossos legisladores, ao respeitar e compreender que nem toda a união estável trata-se de concubinato, mas sim de verdadeiras entidades familiares e afetivas, como fora positivado em nossa Constituição de 1988, onde ambas as partes devem ter o direito de reconhecimento, da efetivação dos direitos e deveres deste instituto, não se poderá em falar

em equiparação de direitos do Casamento sob o regime parcial de bens e o instituto da União Estável.

A aplicação do dispositivo constitucional, bem como das leis infraconstitucionais que tratam sobre o tema devem ser aprimoradas e analisadas pelos juristas de forma que nenhum dos companheiros (as) fique prejudicado ou perca direito que é seu de fato pelo desconhecimento e não discursão do tema no âmbito jurídico.

Seja por ser ainda confundido com o concubinato ou por a falta de informação, normatização clara e expressa e a complexidade de provas, os casos trazidos à Defensoria Pública implicaram em difíceis caracterizações. Como os casos em sua maioria são de dissolução desse instituto, necessário se faz a correta análise para o seu reconhecimento, para que após isso seja realizado o pedido de dissolução e divisão de bens.

Além da divisão de bens entre as partes, insta ressaltar nos casos trazidos à Defensoria para análise, que em parte desses existem também filhos, ampliando a equiparação deste instituto ao casamento, ao ser exigido também o direito de alimentos e de bens para os filhos do casal, garantida também pelo direito de alimento legitimado dos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil de 2002.

Ainda há muito a ser discutido, principalmente no que concerne aos efeitos patrimoniais advindos da constituição da união estável. Tal efeito jurídico começou a ganhar importância e repercussão nas decisões dos tribunais devido a grande instabilidade, principalmente quando do pedido de dissolução deste instituto.

Com as transformações rápidas pela qual a sociedade vem passando, é grande a dificuldade de estabelecer os requisitos que devem ser aplicados para o reconhecimento deste instituto, bem como solucionar os problemas na esfera patrimonial do separado de fato, como fica o patrimônio dos companheiros, adquirido durante a União Estável e ainda não partilhado, entre outras dúvidas sobre o tema.

A garantia dos direitos dos companheiros na união estável é assunto ainda de muita divergência doutrinária e de difícil aplicação correta nas decisões judiciais, devendo haver cautela tanto no aplicador da lei, como no advogado ao pleitear direito tão importante e necessário para a subsistência de uma entidade familiar, principalmente no que se trata de união estável, onde uma das partes pode tentar escusar-se do cumprimento de seus deveres por alegar não possuir casamento civil.

Ver a união estável apenas sob a luz da legislação vigente, não reconhecendo a realidade de cada caso, de cada entidade familiar e suas necessidades e problemas, pode levar

a decisões injustas e equivocadas, sendo necessária a real análise de cada caso, de modo a não faltar para nenhuma das partes o acesso à justiça e a garantia do que é seu por direito.

Busca-se, portanto, que os entendimentos trazidos nesta monografia, tanto dos Tribunais Superiores, como os doutrinários, passem a ser seguidos e que, conforme preceitua princípio da Suprema Corte, que haja vedação ao retrocesso no que tange aos direitos dos companheiros.

A partir das análises dos casos, nós podemos observar que, no que concerne aos casos analisados, não houve aplicação de dispositivos que fossem contra a previsão constitucional, nem aos entendimentos atuais de união estável.

Apesar de haver algumas omissões, os julgados da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Rita se mostrou de acordo com o que defende esta monografia, que é a imensa necessidade de se dar visibilidade e garantia de direitos aos companheiros, observando as particularidades de todos os casos e relações, efetivando os dispositivos legais e garantindo aos companheiros os direitos advindos de suas relações de união estável.

Observando-se, principalmente, a promoção de direitos constitucionais como os da liberdade, igualdade e dignidade, a não diferenciação dos direitos dos companheiros dos cônjuges, não havendo impedimentos nem ilegalidades nesta relação, devem ser promovidos e defendidos pelos que atuam na área jurídica, tendo em vista todos os efeitos pessoais e sociais demonstrados que destas são advindos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana Frazão. **União Estável: divergência entre o dever-ser e o fazer dos Tribunais**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017, 61 p.

BORGE, Felipe Dezorzi. **DEFENSORIA PÚBLICA: uma breve história**. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14699/defensoria-publica-uma-breve-historia#ixzz3pa46gj2f>>. Acesso em ago. 2017.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015**. Instituiu o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113_105.htm> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. **Lei 1.046, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950**. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm> Acesso em set. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 382. A vida em comum sob o mesmo teto, more uxorio, não é indispensável à caracterização do concubinato**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2488>>. Acesso em Set. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 380. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2482>> em ago. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 646721/RS**. Recorrente: São Martin Souza Da Silva. Recorrido: Geni Quintana. Relator originário Min. Roberto Barroso. Redator para acórdão Min. Roberto Barroso. Brasília, DF. 08 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=646721&classe=RE&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 878694/MG**. Recorrente: Maria de Fatima Ventura. Recorrido: Rubens Coimbra Pereira e Outro (A/s). Relator originário Ministro Luís Roberto Barroso. Relator para o acórdão, Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF. 10 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=878694&classe=RE&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>> Acesso em ago 2017.

BRASIL. Superior Tribunal De Justiça (4º turma). **Recurso Especial Nº 1.183.378 - RS (2010/0036663-8)**. Relator: SALOMAO, Ministro Luis Felipe. Data de Julgamento:

25/10/2011, Data de Publicação: DJe 01/02/2012. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Civel_Geral/Registros_Publicos/Jurisprudencia_registros/STJ-%20REsp%201183378-casamento%20homoafetivo.pdf> Acesso em jul. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4º turma). **Recurso Especial nº: 474962/SP**. Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Data do Julgamento: 23/09/2003, Data de Publicação: DJU. 01/03/2004. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/199898/recurso-especial-resp-474962-sp-200-2-0095247-6>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3º turma). **Recurso Especial nº: 1171820/PR 2009/0241311-6**, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 07/12/2010, Data de Publicação: DJe 27/04/2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19106131/recurso-especial-resp-1171820-pr-2009-0241311-6/inteiro-teor-19106132?ref=juris-tabs>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RECURSO ESPECIAL: 1337420/ RS (2012/0162113-5)**. Recorrente : A C J C (Menor). Recorrido : A C E Outros. Quarta Turma. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Julgamento em 22 de Agosto de 2017. Publicação DJe 21/09/2017. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/501653240/recurso-especial-resp-1337420-rs-2012-0162113-5?ref=juris-tabs>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RECURSO ESPECIAL: 1337821/MG (2011/0084974-6)**. Recorrente: M D C D O. Recorrido: I B P E Outros. Relator: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 21 de novembro de 2013. 3º TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2013. Disponível: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24731959/recurso-especial-resp-1337821-mg-2011-0084974-6-stj?ref=topic_feed> em ago 2017.

BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul. TJRS, 7.ª Câmara Cível, **Agravo de Instrumentos nº 70004179115**, Relatora Desembargadora Maria Berenice Dias, Data de Julgamento: 14/08/2002. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/jurisprudencia.php?subcat=1121>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul 7.ª Câmara Cível, **Apelação Cível 70013330881**, Relatora Dra. Walda Maria Melo Pierrô, Data de Julgamento: 27/07/2005. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/jurisprudencia/pesquisa_jurisprudencia/> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Tribunal De Justiça de Minas Gerais. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0069.06.019078-7/00**, Relatora: MARIA ELZA, Data de Julgamento: 05/03/2009, Data de Publicação: 24/03/2009. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5982606/100690601907870011-mg-1006906019078-7-001-1/inteiro-teor-12117845?ref=juris-tabs>> Acesso em ago. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Acórdão/Decisão Nº 00106836520138152001**. 1ª Câmara Especializada Cível. Apelante : PBPREV – Paraíba Previdência. Apelado: Cláudio Cassiano da Silva. Relator: Juiz Convocado Aluizio Bezerra Filho Julgamento em 27 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://tj-pb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255415349/apelacao-apl-106836520138152001-00106836520138152001/inteiro-teor-255415392?ref=juris-tabs>> Acesso em set. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Acórdão/Decisão do Processo Nº 20141350420148150000**. 1ª Câmara Especializada Cível. Agravante: Camila Rafael Salgado

De Assis. Agravado : Rafael Madeira Dantas Paiva e outros. Relator Des Leandro Dos Santos. Julgamento em 01 de setembro de 2015. Disponível em: < <https://tj-pb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/228514970/20141350420148150000-2014135-0420148150000/inteiro-teor-228514980?ref=juris-tabs#>> Acesso em set. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. 3º Vara Mista da Comarca de Santa Rita. **Processo nº: 0802075-40.2015.8.15.0331. Reconhecimento e Dissolução de União Estável.** Requerente: Maria Ivanildes Ribeiro. Requerido: José Ribamar Genuíno De Jesus. Publicação em audiência dia 11 de maio de 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. 3º Vara Mista da Comarca de Santa Rita. **Processo nº: 0803314-79.2015.8.15.0331. Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Divisão de Bens e Alimentos.** Requerente: Evaneide Carneiro De Andrade. Requerido: Arlan De Albuquerque Ferreira. Publicação em audiência em 28 de abril de 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça da Paraíba. 3º Vara Mista da Comarca de Santa Rita. **Processo nº: 0803524-96.2016.8.15.033. Reconhecimento E Dissolução De União Estável “Post Mortem”.** Requerente: Edicleide Costa Lira. Requerida: Maria José De Santana. Publicação em audiência em 5 de abril de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA. **Institucional - A Defensoria Pública.** Portal da Defensoria Pública da Paraíba. Disponível em: <<http://www.defensoria.pb.gov.br/defensoriapublica.php>> Acesso em set. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DA PARAÍBA. **Institucional - Estrutura Administrativa.** Portal da Defensoria Pública da Paraíba. Disponível em: <<http://www.defensoria.pb.gov.br/estruturaadministrativa.php>> Acesso em set. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Supremo acertou ao não diferenciar união estável de casamento.** Revista Consultor Jurídico, 14 de junho de 2017. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2017-jun-14/berenice-dias-stf-acertou-igualar-uniao-estavel-casamento>> Acesso em ago. 2017

DIAS, Maria Berenice. **Manual De Direito Das Famílias.** 4º edi. rev., atual. e ampl. 3 tir. – São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2007, 608 p.

FARIAS, Cristiano Chaves de **Curso de direito civil: famílias**, volume 6 / Cristiano Chaves de Farias; Nelson Rosendal. – 7. ed. rev. ampl. e atual. –São Paulo: Atlas, 2015, 1014 p.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, volume 6 : Direito de família — As famílias em perspectiva constitucional** / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Saraiva, 2012, 784 p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões**, v.7. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, 584 p.

IZÍDIO, Thayna Jandiarra Monteiro. **Assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública Da Paraíba como instrumento de concretização do direito fundamental à justiça.** Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2015, 63 p.

JÚNIOR. Aldemiro Rezende Dantas. **“Concorrência Sucessória do Companheiro Sobrevivo”**, Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, ano VII, n. 29, p. 128-143, abr./maio 2005.

SANTOS JÚNIOR, Filovalter Moreira dos. A autonomia funcional da Defensoria Pública e o sistema de proteção dos direitos fundamentais . Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3698, 16 ago. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24571>>. Acesso em 5 set. 2017.

LÔBO, Paulo. **A concepção da união estável como ato-fato jurídico e suas repercussões processuais.** Portal E-GOV. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/conteudo/concep%C3%A7%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-est%C3%A1vel-como-ato-fato-jur%C3%ADico-e-suas-repercuss%C3%B5es-processuais>> Acesso em: 5 set. 2017.

MADALENO, Rolf. **A crise conjugal e o colapso dos atuais modelos de Regime de Bens .** In: Família: Entre o Público e o Privado. Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2012. Acesso em: 6 ago. 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família: Entre o Público e o Privado.** Coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2012. Acesso em 6 ago. 2017.

PORTAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Suspensão julgamento sobre tratamento diferenciado a cônjuge e companheiro em sucessões.** Notícias STF. 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=324282&caixaBusca=N>> Acesso em: 5 set. 2017.

RESSEL, Sandra. **Os direitos dos companheiros na união estável.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 45, set 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2304>. Acesso em ago. 2017.

RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto. **A nova concepção de família no ordenamento jurídico brasileiro.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6792>. Acesso em ago. 2017.

SILVA Ana Caroline Medeiros Barbosa da. GICO, Vânia de Vasconcelos. **UNIÃO ESTÁVEL Histórico e abordagem do Direito civil brasileiro.** Revista da FARN, Natal, v.9, n. 1/2, p. 131-150, jan./dez. 2010. Acesso em ago. 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo; MÉTODO, 2011, 1356 p. Acesso em ago 2017.

WALD, Arnoldo. **O novo direito de família.** ed.rev.atual.e ampl. Pelo autor, de acordo com a jurisprudência e com o novo Código Civil. (Lei n. 10.406, de 10-1-2002), com a colaboração da Prof. Priscila M. P. Corrêa da Fonseca. – São Paulo: Saraiva, 2004, 432 p.

ANEXOS

ANEXO A

Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

03/08/2017

Número: **0802075-40.2015.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **21/07/2015**

Valor da causa: **R\$ 788.0**

Assuntos: **Reconhecimento / Dissolução**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	
Tipo	Nome
AUTOR	MARIA IVANILDES RIBEIRO
RÉU	JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA - PGJ

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE SANTA RITA/PB.

MARIA IVANILDES RIBEIRO, brasileiro, solteira, auxiliar de serviços e cozinheira, inscrito no CPF nº 028.402.897-50, portador do RG nº 3.985.285 SSDS/PB, residente e domiciliado na Rua Piancó, nº 62, Bairro Tibiri II, Santa Rita/PB, amparado pela Defensoria Pública deste estado da Paraíba, na pessoa da Defensora Pública infra assinada, deixando de apresentar instrumento procuratório, nos termos do parágrafo único do artigo 16 da Lei 1060/50, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para requerer

MEDIDA CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS

com fulcro no artigo 796 e seguintes Do Código de processo Civil, entre ele e seu esposo Sr **SR. JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS**, residente no mesmo domicílio da autora, passando a expor o seguinte:

DOS FATOS

As partes moram juntos há 24 anos, e este relacionamento teve como fruto 02 (duas) filhas, uma de 15 (quinze) anos, e outra de 24 (vinte e quatro) anos, sendo esta última independente.

A requerente alega que ela e o requerido, há alguns anos, não convivem mais em relação de marido e mulher.

Alega também a requerente que o réu gasta todo o dinheiro que ganha com jogos, que não coloca nada para ajudar a suprir as necessidades dentro de casa, bem como não auxilia em nada com as filhas.

As partes possuem uma casa financiada no nome dos dois, porém, há vários meses a requerente vem pagando as devidas prestações da casa sozinha, uma vez que o requerido só vem em casa após gastar todo o dinheiro que ganha com o jogo, deixando tanto as despesas de casa bem como a prestação da residência por conta da requerente.

A requerente trabalha em dois empregos para conseguir manter as despesas e pagar as prestações da casa, tendo, inclusive, adquirido empréstimos para não passar necessidade com sua filha nem perder a casa.

A requerente teme por acontecer algo de maior complexidade na relação entre os dois dentro da casa, pois este se recusa em sair da residência, e que pequenas discussões estão se tornando constantes, e o requerido insiste em ficar na residência, mesmo sem terem nenhuma relação conjugal nem este auxiliar em despesa alguma.

DO DIREITO

A separação de corpos é regulada pela Lei nº 6.515, de 26.12.77, a qual no seu art. 7º, dispõe:

"Art. 7. A separação judicial importará na separação de corpos e na partilha de bens."

§ 10. A separação de corpos poderá ser determinada como medida cautelar (art. 796 do CPC)."

Autoriza o presente pedido também, a disposição contida no artigo 888, inciso VII, do Código de Processo Civil:

"Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:

....

VI - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal;

Tal medida cautelar tem por objetivo o afastamento de um dos cônjuges do lar comum, quando desaconselhável a coabitação e na iminência de lesão irreparável, física ou moral, tanto para os filhos como para o casal.

Em suma, quando a vida a dois se torna insuportável, a coabitação, até o momento de ser decretada a separação judicial, pode ser danosa para o casal, pois dividirão o mesmo teto dois litigantes. A existência dos filhos acaba por acirrar mais as animosidades, expondo-os a situações que marcam definitivamente seus caracteres, ainda em formação.

A separação de corpos, segundo a melhor doutrina, é medida acauteladora em favor do cônjuge que não tem mais condições de permanecer no lar comum, sem que lhe seja imputado o abandono, segundo ensina Yussef Said Cahali:

E por ser medida acautelatória, que visa afastar a ameaça de lesão, iminente e irreparável, ao direito de um dos cônjuges, a separação de corpos deverá ser concedida o mais rápido possível.

Dessa forma, a pretensão do requerente está amparada, pela lei.

DO CABIMENTO DA CONCESSÃO LIMINAR DA SEPARAÇÃO DE CORPOS

Presentes estão, portanto, os requisitos necessários para a concessão LIMINAR da medida cautelar de separação de corpos:

O "*fumus boni iuris*" está consubstanciado no direito líquido e certo do requerente em obter sua separação de corpos tendo em vista conduta desregrada e desonrosa da requerida com seus filhos, marido e vizinhos, bem como a infidelidade conjugal ora denunciada, que tornam insuportável a vida em comum.

O "*periculum in mora*", por sua vez, está caracterizado pela urgência do afastamento da requerida do lar, tendo em vista a possibilidade de ser noticiada da presente ação e vir a cometer uma violência maior contra o seu atual marido, e em especial para que evite uma discussão e acirramento de ânimos entre as partes capaz de desaguar em danos irreparáveis inclusive à vida de ambos.

Por tais razões, MM. Juíza, a concessão liminar da medida pleiteada impõe-se como indispensável para manter a integridade física e moral das filhas da requerida bem como do próprio requerente.

Desta forma obedecido os requisitos do artigo 273 do CPC, bem como o § 3º do artigo 461 do mesmo diploma que garantem tal medida.

DOS PEDIDOS

Ante ao exposto aduz e requer:

A concessão liminar de separação de corpos, "*inaudita altera pars*", determinando o afastamento da requerida do lar conjugal e expedição de competente alvará; ou

Caso paire alguma dúvida em vossa abalizada decisão, digne-se determinar o auto de constatação, através de funcionários adequados (art. 440 e seguintes do código de processo civil) ou, pela gravidade, ir pessoalmente;

Intervenção do representante do ministério público para acompanhar o feito;

Após o preenchimento das letras acima, seja a requerida citada via mandado judicial, para que, querendo, conteste os termos da presente ação, no prazo legal, sob as penas da lei.

Requerendo, por fim, a concessão da justiça gratuita.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) para fins de efeito de custas.

Termos em que Pede deferimento.

Santa Rita, 21 de julho de 2015.

MARIA FAUSTA RIBEIRO
DEFENSORA PUBLICA
OAB/PB-3781

HYNGRID LORENNAL TE FRAD E STAGIÁRIO



Poder Judiciário da Paraíba 3ª Vara Mista de Santa Rita

SEPARAÇÃO DE CORPOS (195) 0802075-40.2015.8.15.0331

DECISÃO

RH.

Vistos, etc.

Depreende-se da leitura da inicial que a separação pretendida visa à expulsão do varão do lar conjugal. O requerimento encerra providência rigorosa que não se pode determinar, liminarmente, apenas com base em alegações da inicial desacompanhadas de prova contundente, uma vez que se trata de medida drástica sem a oitiva da parte adversa.

Pelo exposto, considerando a necessidade de melhor instruir o feito indefiro, no momento, a liminar requerida **e determinando a designação de audiência de justificação prévia. Intimações Necessárias. Ciente o MP.** A autora deve arrolar testemunhas em 10 dias e se fazer acompanhar das mesmas.

A citação do promovido será ordenada quando da realização da audiência de justificação prévia onde será apreciado o pedido liminar.

Santa Rita, 04 de agosto de 2015.

Anamaria Cavalcanti Ciraulo Juíza de Direito



ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

Ciraulo

PROCESSO N.º 0802.075.40.2015.8.15-0331

AÇÃO: SEPARAÇÃO DE CORPOS

PARTE AUTORA: MARIA IVANILDES RIBEIRO

PARTE PROMOVIDA: JOSÉ RIBAMAR GENUÍNO DE JESUS

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

Ao(s) 04 (quatro) de setembro de 2015, às 10:00 horas, na sala de audiências da 3ª Vara, no Fórum Juiz João Navarro Filho, onde se encontravam a Exmo. Dra. ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, Juíza de Direito e da Promotora de Justiça em Substituição, Dr. FRANCISCO LIANZA NETO e da Defensora Pública. Feitos os pregões, compareceu apenas a parte autora, a qual não se fez presente das testemunhas. Iniciados os trabalhos analisado a inicial e os documentos acostados restou comprovado que não foi juntado escritura pública de Reconhecimento de União estável ou Sentença judicial reconhecendo a união alegada pelas partes, com a presença da parte autora nesta oportunidade resta incontroverso que as partes convivem há muitos anos pela narrativa da inicial e existência de filhos tendo um deles mais de 24 (vinte e quatro) anos, por tal razão evidenciado está que a ação proposta não se adequa à situação fática. Considerando que no presente caso o promovido ainda não foi citado porque na data de hoje deveria ocorrer a audiência de justificação, cabível em ações de medidas cautelares, para que não reste maior prejuízo a parte promovente. Pela MM. Juíza foi dito: Considerando narrado acima, intime-se a Defensora subscritora da inicial para que promova a retificação e emenda da peça exordial para que a ação seja nominada **RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL**, com pedido de Tutela Antecipada, cabível nesse tipo de ação que corresponde na prática a uma medida acautelar. Procedida a emenda determino a escritania alterar o nome da ação, fazendo os autos conclusos para despacho. Diante do acima esclarecido resta prejudicada a audiência de justificação prévia. Nada mais havendo a tratar, mandou a MM Juíza encerrar este termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado. Eu, _____, Técnico Judiciário, o digitei e assino.

Ciraulo
Juíza de Direito

Flávia
Promotor de Justiça

Promovente *Maria Ivanildes Ribeiro*

Defensora
Defensora Pública



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE SANTA RITA-PB

PROCESSO Nº 0802075-40.2015.8.15.0331

MARIA IVANILDES RIBEIRO, através de sua Defensora Pública *in fine* assinado, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a emenda da inicial para que passe a ação a ser nominada de **RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL c/c PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**.

Ratifica os demais termos da inicial, em especial o pedido liminar “*inaudita altera pars*”, determinando o afastamento do requerido do lar conjugal.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Santa Rita-PB, 26 de janeiro de 2016.


MARIA FAUSTA RIBEIRO
Defensora Pública
OAB/PB 3781

EXMA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAMILIA DA COMARCA DE SANTA RITA.

Processo n. **0802075-40.2015.8.15.0331**

JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS, brasileiro, solteiro, técnico em titularia, com

CPF: 874.706.167-72, e RG: 07204450-0 residente e domiciliada á Rua Pianco, 62- Tibiri- **SANTA RITA/PB**, pela Defensora Pública, infra assinada, lotada e com exercício nesta Comarca, inscrita na OAB/PB, sob o nº 3781\PB, VEM, respeitosamente requerer a Vossa Excelência, tempestivamente, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

à medida cautelar de separação de corpos proposta por **MARIA IVANILDES RIBEIRO**, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

RESUMO DA INICIAL

As partes moram juntas há 24 anos, e desse relacionamento nasceram duas filhas, uma de 15(quinze) anos, e outra de 24 (vinte e quatro) anos, sendo esta ultima independente.

Alega a autora, em síntese, que ela e o requerido, há alguns anos, não convivem mais em relação de marido e mulher, e que o requerido gasta todo dinheiro que ganha com jogos, que não coloca nada para ajudar a suprir as necessidades dentro de casa.

Que as partes possuem uma casa financiada no nome dos dois, porém há vários meses a requerente vem pagando as prestações sozinhas. A requerente teme por acontecer algo de maior complexidade, pois existem pequenas discussões entre as partes, e requerido insiste em ficar na casa.

DOS FATOS

Realmente a autora e a suplicado estão em um relacionamento de 24 (vinte e quatro) anos, e tiveram duas filhas desse relacionamento, uma com 15 (quinze) anos de idade e outra com 24(vinte e quatro) anos de idade.

Não procede a imputação de que o requerido gasta todo o dinheiro com o jogo, pois durante todos os anos, o requerido trabalhou e manteve o sustento da casa, e todas as demais despesas. A requerente só veio a começar a trabalhar no ano de 2012, antes disso, só senhor **JOSÉ RIBAMAR** pagava as contas de casa, e todo o sustento da família. E nunca desrespeitou a requerente sempre a tratou com educação.

O requerido admite que no ano de 2015, durante 3 (três) meses se envolveu com jogo de baralho, e logo depois ficou doente (em anexo) e por esses motivos acabou deixando de pagar sua parte no parcelamento da casa durante esses meses, mas passando esses meses o requerente voltou a pagar as parcelas como se comprova em anexo. O requerido se arrepende desse erro cometido, e deixou de jogar. Não deixando faltar nada em casa, e pagando mensalmente todas as parcelas.

O requerido quis muitas vezes uma reaproximação com a requerente, pois ainda possui sentimentos pela mesma, mas desde o ano passado, a requerente não quis mais nem conversar, quanto mais uma reaproximação.

Nunca agiu o réu, portanto, de modo a violar os deveres recíprocos do casamento, mormente sempre pautou sua conduta no respeito e consideração que entendeu serem mútuos.

O Sr. **JOSÉ RIBAMAR**, não possui outra moradia e nem parentes na cidade, de modo que todos os seus ganhos durante esses 24(vinte e quatro) anos foram para sustentar sua família e pagar as parcelas da casa. Sendo assim forçar o requerido a sair de seu único lar iria de encontro ao direito básico de moradia.

Conforme impugnação e a bem da verdade, não há motivo para referida medida cautelar. Ao contrário, a açodada medida tomada pela autora, além de ferir profundamente o réu, trará consequências nefastas às

filhas das partes.

DOS PEDIDOS

Requer:

- a) a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária ao requerido, que é pessoa pobre, na acepção legal do termo, não tendo condições de arcar com as despesas processuais.
- b) aguarda-se que a presente ação seja, a final, julgada improcedente, por não se poder atribuir ao requerido a responsabilidade pelo fracasso do matrimônio, como feito na peça vestibular.
- c) Protesta-se provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, em especial pelo depoimento pessoal da autora, o que fica desde já expressamente requerido, sob pena de confesso, pela ouvida de testemunhas, cujo rol será apresentado no momento oportuno, e tudo o mais que se fizer necessário.

Termos em que, Pede-se Deferimento.

Santa Rita – PB, 01 de Agosto de 2016.

MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA DANTAS DEFENSORIA PÚBLICA – OAB/PB 4151

LAMEC ENOS RIBEIRO DE CARVALHO ESTAGIÁRIO

TESTEMUNHAS:

JORGE PEDRO GOMES

JOSE MARCONE DA SILVA QUEIROZ PAULO FIRMINO DA SILVA



ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

Processo nº **0802075-40.2015.8.15.0331**

Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Parte Autora: MARIA IVANILDES RIBEIRO


Parte Promovida: JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

Ao(s) 11 de maio de 2017, às 15:56 horas, na sala de audiências da 3ª Vara, no Fórum Juiz João Navarro Filho, onde se encontravam a Exma. Dra. ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, Juíza de Direito e do DR. FRANCISCO LIANZA NETO, Promotor de Justiça e da Defensora. Feitos os pregões, compareceram as partes e foi tentada uma conciliação da lide, obtida da seguinte forma: 1) Que as partes acordaram que a união estável iniciou-se no início de 1990 e findou em junho de 2015; 2) Da união do casal nasceram duas filhas, sendo uma ainda menor de idade, CAROLINE RIBEIRO DE JESUS, cuja guarda ficará para o genitor, podendo a genitora exercer o seu direito de visitas sempre que lhe aprouver; 3) Quanto à partilha dos bens, o casal informa que tem um bem financiado, mas que solucionará a partilha administrativamente. Dada a palavra à defensora, requereu a homologação do acordo formulado com o reconhecimento e dissolução da união do casal existente no período acima especificado. Dada a palavra ao Ministério Público, disse: M.M. Juíza: conforme o acordo celebrado pelas partes nesta audiência, onde restou reconhecida pelas partes a união estável havida, opina este Órgão Ministerial pela homologação nos termos celebrados. Pela MM. Juíza foi prolatada a seguinte sentença: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. ACORDO. PARECER FAVORÁVEL DO MP. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO FORMULADO. Vistos, etc. A parte autora ingressou com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável contra MARIA IVANILDES RIBEIRO e JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS. Designada audiência, conforme determinado no NCPC. Designada esta audiência de conciliação, as partes chegaram ao acordo acima formulado. ISTO POSTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes, e o faço com fundamento no ART. 226, § 3º da Constituição Federal c/c o art. 487, inc. III do N.C.P.C, c/c o art. 1.723 do Código Civil vigente e declaro reconhecida e dissolvida a união Estável havida entre MARIA IVANILDES RIBEIRO e JOSÉ RIBAMAR GENUINO DE JESUS no período compreendido do início de 1990 e findou em junho de 2015. Publicada em audiência, ficam as partes já intimadas, registre-se. AS PARTES RENUNCIAM AO PRAZO RECURSAL COM CORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Arquive-se. Nada mais havendo a tratar

mandou a MM Juíza encerrar o presente termo que fica devidamente por todos lido, estando conforme, e assinado. Eu, _____, Técnico Judiciário que digitei e assino.


Juíza de Direito


Promotor de Justiça


Defensora

Partes





ANEXO B



Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

05/10/2017

Número: **0803314-79.2015.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição :

27/10/2015 Valor da causa:

R\$ 9456.0 Assuntos:

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
AUTOR	MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
AUTOR	EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE
RÉU	ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA
RÉU	Raimundo Rodrigues da Silva
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA - PGJ
AUTOR	Raimundo Rodrigues da Silva
RÉU	MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
AUTOR	ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA
RÉU	EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA FAMÍLIA DA _____ VARA DE
COMARCA DE SANTA RITA-PB

EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, brasileira,

solteira, do lar, residente e domiciliada à Rua Mirian dos Santos, 651, Jardim Europa I, Tibiri III Santa Rita - PB, VÊM, perante Vossa Excelência, pela Defensoria Pública, através de sua representante abaixo assinado, declarando que são pobres na forma da Lei (Doc.01), requererem inicialmente o benefício da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, na forma da Lei 1060/50, para propor:

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C DIVISÃO DE BENS E ALIMENTOS

Contra **ARLAN DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, solteiro, prestador de serviço se solda, portador de CPF n 690.146.554-87, residente e domiciliado à Rua Mirian dos Santos, 651, Jardim Europa I, Tibiri III Santa Rita – PB (que será informado pela filha, pois não tem endereço certo) , com base nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I - DOS FATOS

As partes conviveram juntos por 22 (vinte e dois) anos, com intuito e responsabilidade de constituir família, e estão em separação de corpos há 7 (sete) meses, não havendo mais possibilidade de reconciliação.

Deste relacionamento ~~tiveram dois~~ filhos **ARLAN IVENN ALBUQUERQUE CARNEIRO FERREIRA (15 anos)**, este sendo hipertenso e faz tratamento de obesidade (conforme ficha de atendimento em anexo) e estuda em escola particular (conforme boleto de pagamento escolar em anexo) e **ARLANNY EVEY DE ALBUQUERQUE FERREIRA (18 anos e estudante universitária)**.

Pede, pois, como alimentos para subsistência das filhas 100% (cem por cento), equivalente a R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), por a renda de o requerido ser e mais de 2 salários ~~mínimos~~ (conforme notas de serviço em anexo).

Da Constancia do relacionamento, adquiriram três bens: dois imóveis e um carro. Estes já foram partilhados de comum acordo pelas partes, faltando apenas transferir o imóvel onde a requerente mora com os filhos para o nome dela à (Rua Mirian dos Santos, 651, Jardim Europa I, Tibiri III ~~Santa Rita~~ – PB), ficando o requerido com o carro (Saveiro, ano 2014) e com o galpão (Tibiri II).

II - DO DIREITO

Em conformidade com o Código Civil, a união estável caracteriza-se pelo relacionamento público, contínuo e duradouro, com o objetivo de constituir uma família. É o que ocorreu no caso dos autos desde o início da relação entre as partes.

A propósito, a legislação civilista:

“Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Destarte, conforme consta, a “união estável” de companheiros, comprovada pela convivência prolongada sob o mesmo teto como se casados fossem, é um fato jurídico incontroverso irradiador de direitos e obrigações, legalmente protegido pelo estado.

- DO PEDIDO

Diante do exposto e veementemente provado, vem a Promovente requerer à Vossa Excelência o que segue:

- a) A citação do Promovido para, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão da parte fática;
- b) A intimação do órgão do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do art. 82, do Código de Processo Civil;
- c) Pede como alimentos para subsistência das filhas 100% (cem por cento), equivalente a R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais);
- c) A declaração da existência da união estável e sua dissolução havida entre Promovente e Promovido, produzindo efeitos durante o lapso de tempo compreendido entre Março de 1998 e o ano de 2011;

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, notadamente apresentação de novos documentos, depoimento das partes, oitiva de testemunhas, provas periciais, e o que mais se fizer necessário para a composição do conjunto probatório, o que desde logo tudo se requer.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.456,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis), para efeitos meramente fiscais.

N. Termos,

P. Deferimento.

Santa Rita - PB, 27 de outubro de 2015.

MARIA DE FÁTIMA SOUSA DANTAS

DEFENSORA PUBLICA - OAB/PB 5141

HYNGRID LORENNAL FRADE.

Estagiária



DINDA ADVOGADOS

Raimundo Rodrigues - Dinda
Advogado OAB/PB 2.966

Raimundo Rodrigues Filho
Advogado OAB/PB 19.518

Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 3ª Vara da Comarca de Santa Rita – Paraíba.

Ação de Reconhecimento e dissolução de União Estável c/c Divisão de Bens

e Alimentos.

Proc: 0803314-79.2015.8150.331

Suplicante:

EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE

Suplicado:

ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA

CONTESTAÇÃO

ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA,

brasileiro, solteiro, soldador, residente e domiciliado, à Rua Bonsucesso Nº 07 - Tibiri II, nesta cidade, vem perante Vossa Excelência, apresentar sua **CONTESTAÇÃO** nos autos da Ação acima mencionada, amparado no Art. 300 e seguintes do Código e Processo Civil, assim o faz nos termos que seguem:

Requer de logo os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o mesmo pobre na forma da lei, bem como, indica para lhe representar o Bel. Raimundo Rodrigues da Silva, constituído e qualificado no Instrumento Procuratório anexo.

Praça Getúlio Vargas, nº 33, Centro, Santa Rita – Paraíba
(83) 3229-4670/3229-3965/8812-5426/8839-6620/9698-0398/9142-4300
raimundodinda@yahoo.com.br / raimundorsf@gmail.com / dindaadvogados@gmail.com

Declaro aceitar os encargos a mim outorgados, pelo Requerente e defende-lo até Sentença Final, ou enquanto nos convier.

1 – Que não concorda com os termos da Peça Vestibular, contra si apresentada pela Suplicante, uma vez que não falou a verdade em suas afirmações, pois não existiu qualquer acordo entre as partes, com relação a divisão dos imóveis.

Praça Getúlio Vargas, nº 33, Centro, Santa Rita – Paraíba
(83) 3229-4670/3229-3965/8812-5426/8839-6620/9698-0398/9142-4300
raimundodinda@yahoo.com.br / raimundorsf@gmail.com / dindaadvogados@gmail.com



DINDA ADVOGADOS

Raimundo Rodrigues - Dinda
Advogado OAB/PB 2.966

Raimundo Rodrigues Filho
Advogado OAB/PB 19.518

2 – Que com relação ao imóvel que a Suplicante, deseja ficar, o Suplicado concorda em colocar em nome dos filhos dos Litigantes, podendo ser determinado o **USUFRUTO** em favor da mesma.

3 – Que o imóvel situado na Rua Mirian dos Santos – nº 651, Loteamento Jardim Europa I, Tibiri III, nesta cidade ficará para os filhos, com o **USUFRUTO** da Suplicante, o Galpão ficará para o Suplicado, uma vez que é instrumento do trabalho do suplicado o automóvel é financiado, podendo ficar com o mesmo que continuará pagando suas prestações, para tanto tudo será resolvido em audiência;

4 – Que não é possível pagar a pensão de alimentos requerida pela Suplicante, pois oferece uma pensão de alimentos ao seus filhos, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), uma vez que a Suplicante tem um “**SALÃO DE BELEZA**” de onde tira seu sustento, não podendo alegar que vive em condições financeiras péssimas, tendo condições também de arcar com as despesas proveniente a manutenção de seus filhos.

a) – Que não pode aceitar a partilha, como a Suplicante deseja ficar com o imóvel, como colocou em seu pedido Inicial, pois sua proposta é a que acima expõe, não pode oferecer e não cumprir, pois o seu ganho modifica de mês para mês, não podendo fixar um salário fixo, sendo assim, não pode definir o seu salário.

Isto posto, requer a Vossa Excelência, que se digne em receber a presente **CONTESTAÇÃO** e após, as formalidades legais, seja, julgado o Pedido Inicial improcedente em todos os seus termos, bem como seja o Pedido julgado de acordo o exposto na **CONTESTAÇÃO**, para que produza seus efeitos jurídicos, tudo por ser medida de Justiça.

Nestes termos em que, Pede e
espera deferimento.
Santa Rita, 20 de novembro de 2015.

Raimundo Rodrigues da Silva
Advogado OAB/PB – 2.966

Praça Getúlio Vargas, nº 33, Centro, Santa Rita – Paraíba
(83) 3229-4670/3229-3965/8812-5426/8839-6620/9698-0398/9142-4300
raimundodinda@yahoo.com.br / raimundorsf@gmail.com / dindaadvogados@gmail.com



DINDA ADVOGADOS

Raimundo Rodrigues - Dinda
Advogado OAB/PB 2.966

Raimundo Rodrigues Filho
Advogado OAB/PB 19.518

PROCURAÇÃO PARTICULAR

Pelo presente instrumento de procuração eu/nós, **ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA**, brasileiro, solteiro, soldador, portador do CPF 690.146.554 – 87 e RG 1.285.126 – SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Bonsucesso, nº 07, Tibiri II, Santa Rita – PB, constituo meus/nossos procuradores e advogados o **Bel. RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº 2.966, o **Bel. RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº 19.518, meu/nosso procurador o **Sr. LEANDRO RODRIGUES FARIAS DA SILVA**, brasileiro, casado, estagiário, inscrito na OAB/PB 11.167-E, com escritório situado na Praça Getúlio Vargas, nº 33, Centro, Santa Rita – Paraíba, **PODERES**: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula “*Ad judicium et extra judicium*”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Santa Rita, 17 de novembro de 2015.

[Assinatura manuscrita]

Praça Getúlio Vargas, nº 33, Centro, Santa Rita – Paraíba
(83) 3229-4670/3229-3965/8812-5426/8839-6620/9698-0398/9142-4300
raimundodinda@yahoo.com.br / raimundorsf@gmail.com / dindaadvogados@gmail.com



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA
DA COMARCA DE SANTA RITA-PB

Processo de nº 0803314-79.2015.8.15.0331

EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, já devidamente qualificada nos autos, através da Defensora Pública ao final assinado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência requerer a concessão da **TUTELA ANTECIPADA** referente ao pedido de alimento contido nos autos, conforme fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

A parte promovente em sua peça exordial requereu alimentos para subsistência das filhas em 100% (cem por cento) do salário mínimo nacional vigente. A parte ré em sua contestação ofereceu uma pensão de alimentos ao seus filhos, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Desse modo, temos que o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) já se faz por incontroverso. Assim, requer desde já a concessão da tutela antecipada para que a parte ré seja obrigada a realiza o pagamento da pensão alimentícia dos filhos **ARLAN IVENN ALBUQUERQUECARNEIRO FERREIRA** e **ARLANNY EVEY DE ALBUQUERQUE FERREIRA**, mediante recibo diretamente a parte promovente, a contar a partir da intimação da esperada decisão. Tudo em conformidade com o artigo Art. 273 do Código de Processo Civil.

Vale ressaltar, que a parte promovente ratifica o pedido do percentual solicitado na peça inicial, ou seja, 100% (cem por cento) do salário mínimo atual vigente, devendo este ser ao final da lide o estipulado por Vossa Excelência fazendo valer a Justiça.

Nestes termos,

pede deferimento.

Santa Rita-PB, 14 de janeiro de 2016.

MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA DANTAS
OAB/PB 5141



ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

Piraulo

PROCESSO N.º 0803314-79.2015.8.15.0331

UNIÃO ESTÁVEL

Parte Autora: EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE

Parte Promovida: ARLAN DE ALBUQUERQUE

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

Ao(s) 28 de Abril de 2016, às 15:20 horas, na sala de audiências da 3ª Vara, no Fórum Juiz João Navarro Filho, onde se encontravam a Exma. Dra. ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, Juíza de Direito, do DR. FRANCISCO LIANZA NETO, Promotor de Justiça, do advogado do promovido, RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA e da Defensora. Feitos os pregões, compareceram as partes e foi tentada uma conciliação em torno da lide, obtida da seguinte forma: 1. Que as partes acordaram que a união estável iniciou-se no final de 1995 a junho de 2014. Pela MM. Juíza foi dito: 1. Em relação ao pedido de tutela de urgência quanto aos alimentos para os filhos do casal, FIXO, provisoriamente, a quantia de 50% do salário mínimo nacional vigente, a ser pago mediante depósito na conta poupança nº 00001680-6, operação 013, agência 1914 (CEF), a ser pago todo dia 30 de cada mês; 2. Concedo ao promovido o prazo de 05 dias juntar aos autos o CNPJ da empresa; 3. Concedo ainda ao promovido o prazo de 05 dias para juntar aos autos o registro do imóvel (Galpão) onde funciona a empresa do promovido, bem como o documento do veículo; 3. Desde já designo audiência para oitiva dos filhos do casal para o dia 10 de maio de 2016, pelas 15:15 horas, no Fórum Local, intimações necessárias. E, nada mais havendo a tratar, mandou a MM Juíza encerrar este termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado. Eu, _____, José Galberto Fernandes de Carvalho Pontes, Técnico Judiciário, o digitei e assino.

Piraulo
Juíza de Direito

Arlandy de Azevedo
Advogado

Piraulo
Promotor de Justiça

Arlandy de Azevedo
Partes
Evaneide C. Andrade

Excelentíssimo(a) Senhor(a). Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita, Paraíba.

Processo nº 0803314-79.2015.8.15.0331

EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, já devidamente qualificado(a) nos autos do processo em epígrafe que move em face de **ARLAN DE ALBUQUERQUE** vem perante Vossa Excelência, reiterando o pedido de concessão da Justiça Gratuita, nos termos dos artigos 98 e 99, § 3º de Lei 13.105/2015, asseverar para em seguida requerer o que segue:

A parte demandante renuncia ao patrocínio da Defensoria Pública conforme Termo de Renúncia acostado aos autos, requerendo a habilitação do advogado cuja procuração se encontra acostada ao álbum processual.

Ainda, na oportunidade, requer que todos os atos e publicações alusivos ao feito sejam feitas em nome do seu patrono abaixo, sob pena de nulidade.

Termos em que, Pede
Deferimento.

João Pessoa, Paraíba, 04 de maio de 2016.

JOSÉ EVERALDO VIEIRA FREIRE OAB/PB N.º

11932

INSERIR/VISUALIZAR OBSERVAÇÕES DO DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

RH
Mos autos, para
prestar informações.
Sta Rita, 09.05.16
Lucena

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520161430800

Nome original: 0802002-57.2016.8.15.0000.pdf

Data: 06/05/2016 09:25:23

Remetente:

Laíse Lucena Barbosa de Lima

1ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Alta.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: ofício 512/2016 comunicando liminar e solicitando informações



Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

06/05/2016

Número: **0802002-57.2016.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Leandro dos Santos**

Última distribuição : **03/05/2016**

Valor da causa: **R\$ 9456.0**

Processo referência: **08033147920158150331**

Assuntos: **Alimentos, Fixação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOSE EVERALDO VIEIRA FREIRE
AGRAVANTE	EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE
AGRAVADO	ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
580795	06/05/2016 09:24	Comunicações	Comunicações
578299	06/05/2016 09:01	Decisão	Decisão

OFÍCIO.Nº 512/2016-PJE-TJ /DIJUD/GERPRO/1ª CC

João Pessoa, 06 de maio de 2016

Exmo. Sr.

Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de

Santa Rita-PB

Assunto: Solicitação e comunicação

Senhor Juiz,

De ordem do incluído Desembargador Leandro dos Santos, comunico a Vossa Excelência, por intermédio do presente, para conhecimento e providências cabíveis ao fiel cumprimento da decisão - cópia anexa - atribuindo efeito suspensivo ao Agravo - Processo Eletrônico nº 0802002-57.2016.815.0000, interposto perante esta Augusta Corte por Evaneide Carneiro de Andrade, contra decisão interlocutória desse Juízo, proferida nos autos da Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável nº 0803314-79.2015.8.15.0331, proposta contra Arlan de Albuquerque Ferreira.

Outrossim, requisito-lhe informações, no prazo e forma do inciso I, do art. 1.019, do NCPC, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei 13.105, de 16 de março de 2015, a fim de melhor instruir o recurso em referência.

Atenciosamente,

Laise Lucena Barbosa de Lima

Assistente de Administração



Poder Judiciário da Paraíba
Des. Leandro dos Santos

DECISÃO LIMINAR

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0802002-57.2016.815.0000

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

AGRAVANTE : Evaneide Carneiro de Andrade

ADVOGADO S : José Everaldo Vieira Freire

AGRAVADO : Arlan De Albuquerque Ferreira

ORIGEM : Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita

JUIZ (A) : Anamaria Cavalcanti Ciraulo

Vistos etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento com Pedido de Efeito Suspensivo interposto por Evaneide Carneiro de Andrade contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita, que arbitrou os alimentos provisionais no patamar de 50% do salário mínimo e designou audiência de instrução e julgamento sem oportunizá-la a apresentação do rol de testemunhas.

Em suas razões recursais, a Recorrente alega que o Agravado possui condições suficientes para arcar com a pensão alimentícia no patamar de (1) um salário-mínimo, sem prejuízo de seu sustento. Aduz a necessidade de apresentação do rol de testemunhas em audiência, sob pena de cerceamento de defesa. Ao final, requereu a remarcação da audiência de instrução e julgamento aprazada.

Isso posto, pugnou pela concessão do efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, sobrestando a decisão recorrida. No mérito, pelo provimento do recurso, cassando a decisão agravada em todos os seus termos.

É o relatório.**DECIDO**

Sabe-se que a atribuição de efeito suspensivo é de natureza eminentemente cautelar, estando a sua concessão ligada à demonstração da aparência de um bom direito e de que o ato decisório possa gerar lesão grave e de difícil reparação para a parte agravante.

Para postular a suspensão recursal, os Agravantes devem demonstrar a presença de dois requisitos: o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", ou seja, deverão apresentar um direito fundamentalmente relevante, bem como, provar que se a decisão agravada não for suspensa até que se decida o mérito do Agravo, isso lhes causará um grave prejuízo e de difícil reparação.

Em princípio, a decisão do juiz de primeiro grau, que arbitrou a pensão alimentícia em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, mostra-se descabível. Compulsando os autos, verifica-se que o Agravado é empresário e possui um considerável rendimento mensal, sendo capaz de arcar com os alimentos no patamar mais elevado daquele fixado pelo magistrado singular.

Assim sendo, considerando que o Agravado possui 2 (dois) filhos com representante legal dos Agravantes que é dever do pai auxiliar financeiramente a sua prole, proporcionando-lhes o melhor desenvolvimento possível, é de se majorar, por ora, os alimentos para 1 (um) salário mínimo.

De outra banda, considerando que o defensor público da parte agravante encontrava-se ausente na audiência de conciliação Id nº 3617019 e diante da falta de constituição de defensor "ad hoc", é medida que se impõe a abertura de prazo para que a parte apelante apresente rol de testemunhas, sob pena de posterior alegação de nulidade absoluta.

Acrescente-se, desta forma, a preeminente necessidade de remarcação da data da audiência de instrução e julgamento apazada para 10.05.2016, obedecendo o que estabelece o art. 357, §4º do CPC/15 - *"§ 4º Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo com um não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas"*.

Por fim, impende ressaltar que a concessão ou denegação da liminar não implica, necessariamente, na antecipação do seu julgamento, tendo em vista que a decisão poderá ser novamente reformada, quando do pronunciamento final da Câmara sobre o Agravo.

Portaisrazões, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao Agravo, majorando os alimentos provisionais para 2 (dois) salários mínimos e abrindo-se prazo para que a parte apresente rol de testemunhas, assim como a remarcação da audiência de instrução e julgamento.

Comunique-se ao Juiz de Origem da presente decisão (art. 527, III, CPC) e, na mesma oportunidade, requisitem-se as informações (inciso IV).

Intime-se o Agravado para, querendo, responder, no prazo de lei, facultando-lhe o direito de juntar cópias das peças que entender necessárias, após o que, com ou sem resposta, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do art. 527, V e VI, do CPC.

P.L.

João Pessoa, 06 de maio de 2016.

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

Relator



ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

PROCESSO N.º 0803314-79.2015.8.15.0331

AÇÃO: UNIÃO ESTÁVEL

Partes: EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE contra ARLAN DE ALBUQUERQUE

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL NEGATIVA

Ao(s) 10 de Maio de 2016, às 15:45 horas, na sala de audiências da 3ª Vara, no Fórum Juiz João Navarro Filho, onde se encontravam a Exma. Dra. ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, Juíza de Direito, do DR. FRANCISCO LIANZA NETO, Promotor de Justiça. Feitos os pregões, compareceu a parte promovida e de seu advogado, DR. CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR. Antes de iniciados os trabalhos, constata-se que a parte promotente manejou agravo que resultou na majoração dos alimentos provisórios e da abertura de prazo para apresentação de rol de testemunhas, ficando ciente o promovido que os alimentos foram majorados para dois salários mínimos. Pela MM. Juíza foi dito: 1. Anotem-se no sistema as habilitações dos advogados das partes.; 2. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 dias, indicarem as provas que pretendem produzir e em sendo prova testemunhal apresentar o respectivo rol testemunhal; Retifique-se o nome da ação no sistema para PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. E, nada mais havendo a tratar, mandou a MM Juíza encerrar este termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado. Eu, _____, José Galberto Fernandes de Carvalho Pontes, Técnico Judiciário, o digitei e assino.

Juíza de Direito

Promotor de Justiça

Promovido

Advogado

RH
 405 autos. Anote.
 SUBSTABELECIMENTO se no sistema.
 Sta Rita,
 10.05.16
 Raimundo

DR. Raimundo Rodrigues da Silva, brasileiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 2.966, com endereço profissional na Praça Getúlio Vargas 33 - Santa Rita - PB, substabelece, sem reservas, na pessoa do Dr. (CARLOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR), brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB, sob o nº 22.493, com endereço Profissional a Rua Edesio J Fragoso de Albuquerque, 95, Funcionários II - João Pessoa - PB, os poderes que lhe foram outorgados por (ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA), no processo nº 0803314-79.2015.8.150331, que tramita perante esta Vara, podendo o substabelecido praticar todos os atos que lhe foram outorgados, dando tudo por bom, firme e valioso.

Santa Rita, 10 de maio de 2016


 Raimundo Rodrigues da Silva

OAB/PB nº2.966

Nos autos!
Conclusos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

RH

400 autos, conclusos.
Sta. Rita, 31.05.16
fl. 100

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520161448823

Nome original: 0802002-57.2016.8.15.0000.pdf

Data: 30/05/2016 14:15:41

Remetente:

Laíse Lucena Barbosa de Lima

1ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: ofício 616/2016 remetendo cópia da decisão



Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

30/05/2016

Número: **0802002-57.2016.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Leandro dos Santos**

Última distribuição : **03/05/2016**

Valor da causa: **R\$ 9456.0**

Processo referência: **08033147920158150331**

Assuntos: **Alimentos, Fixação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOSE EVERALDO VIEIRA FREIRE
AGRAVANTE	EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE
AGRAVADO	ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
599115	30/05/2016 13:52	Comunicações	Comunicações
596641	25/05/2016 17:23	Decisão	Decisão

OFÍCIO Nº 616/2016-PJE-TJ /DIJUD/GEPRC/1ª CC

João Pessoa, 30 de maio de 2016

Exmo. Sr.

Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de

Santa Rita-PB

Assunto: Remetendo cópia da decisão

Senhor Juiz,

De ordem do inepto Desembargador Leandro dos Santos, integrante da 1ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça, remeto a Vossa Excelência, para conhecimento desse Juízo e providências que se fizerem necessárias, cópia da decisão proferida nos Embargos de Declaração, opostos no Agravo - Processo Eletrônico nº 0802002-57.2016.815.0000, interposto perante esta Augusta Corte por Evaneide Carneiro de Andrade, contra decisão interlocutória desse Juízo, proferida nos autos da Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável nº 0803314-79.2015.8.15.0331, proposta contra Arlan de Albuquerque Ferreira.

Atenciosamente,

Laise Lucena Barbosa de Lima

Assistente de Administração



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0802002-57.2016.815.0000

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

EMBARGANTE : Arlan de Albuquerque Ferreira

ADVOGADO : Carlos Antônio Júnior

EMBARGADA : Evaneide Carneiro de Andrade

ADVOGADO : José Everaldo Vieira Freire

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. RECONHECIMENTO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS.

- Os Embargos Declaratórios têm por objetivo sanar omissões, esclarecer obscuridades, eliminar contradições e corrigir erros, conforme o art. 1022, I a III, do NCPC.

Vistos etc

Cuida-se de Embargos de Declaração (id. 586767 – pág. 01/03) interpostos por Arlan de Albuquerque Ferreira, aduzindo a existência de erro material na decisão embargada, uma vez que há divergência entre a fundamentação e o dispositivo da decisão.

É o relatório.

DECIDO

Sabe-se que os Embargos Declaratórios têm por objetivo sanar omissões, esclarecer obscuridades e eliminar contradições, acaso existentes na decisão, conforme preceitua o art. 1022, I a III, do Novo Código de Processo Civil, bem como, corrigir erro material.

In casu, razão assiste ao Embargante. É que, conforme se depreende do caderno processual virtual, a Agravante pediu a majoração dos alimentos para um salário mínimo e a fundamentação da decisão liminar foi nesse sentido, porém no dispositivo foi determinada a majoração para dois salários mínimos.

Assim, presente uma das hipóteses previstas no art. 1.022, I a III, do Novo Código de Processo Civil, impõe-se **ACOLHER** os presentes Embargos Declaratórios, para sanar o erro material constante no dispositivo da decisão (id. 578299 – pág. 01/03), substituindo a expressão “**2 (dois)**” por “**1 (um)**”, sem alteração nos demais termos.

Publique-se.

Intime-se.

João Pessoa, 25 de maio de 2016.

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

Relator

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA
DE SANTA RITA - PB

ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA, já devidamente qualificado nos autos da ação, vem mui
respeitosamente a presença de Vossa Excelência informar que não há provas a produzir por parte do
réu, neste sentido, requer o prosseguimento do feito, designando audiência de instrução e julgamento
por parte deste juízo.

Nestes Termos,

Pede

Deferimento.

Carlos Antonio Junior


OAB/PB 22.493

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR (A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA-PB

Processo nº 0803314-79.2015.8.15.0331

EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, já qualificada, figurando no polo ativo da demanda e ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA, também já identificado, figurando no polo passivo, todos intermediados por seus patronos, vêm perante Vossa Excelência requerer:

HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DA AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADO COM DIVISÃO DE BENS E ALIMENTOS NOS SEGUINTE TERMOS:

1. as partes reconhecem a união estável, iniciando-se no final do ano de 1995 e finalizando no ano de junho de 2014, consoante já foi acordado no Termo de Audiência, assim requer que seja reconhecida a união estável entre o requerente e o requerido, declarando-se, em seguida, a sua dissolução;
2. o requerido Sr. ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA concorda em pagar pensão alimentícia aos seus filhos ARLAN IVENN ALBUQUERQUE CARNEIRO FERREIRA e ARLANNY EVELY DE ALBUQUERQUE FERREIRA no importe de 01  salário mínimo nacional por mês com vencimento para todo dia 30 de cada mês, devendo o pagamento ser feito por meio de depósito na conta poupança da requerente Sra. EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, sob o número: 00001680-6, operação: 013, agência: 1914, na Caixa Econômica Federal;
3. a guarda dos filhos ficará com a genitora, podendo o pai visita-los livremente;
4. os bens serão partilhados da seguinte forma: a parte do lote do terreno, sob o nº 42 da quadra 4-B, situado no loteamento "JARDIM EUROPA" I "XX neste município de Santa Rita, medindo 9m30 de frente e fundos por 12m00 de comprimento de ambos os lados, bem como a casa e quaisquer construção realizada nesse terreno ficará para a requerente Sra. EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE, sendo transferido esse bem imóvel para requerente; o galpão permanecerá com o promovido, comprometendo-se este a juntar a documentação desse imóvel aos autos; o veículo Volkswagen, Saveiro, ano 2013/2014, flex, cor prata, placa: OFZ 0949 ficará com o requerido, o qual assumirá as prestações por ser financiado, comprometendo-se a juntar aos autos a documentação do referido bem móvel.
5. Cada um dos cônjuges arcará com as despesas referentes a transferência do imóvel que lhe é de direito, conforme partilha acima.


No mais, requerem:

1. a intimação do Ilustre membro do Ministério Público;
2. a concessão do benefício da Justiça Gratuita, como já requerido na inicial e na contestação.

Nestes termos, pede deferimento

João Pessoa-PB, 30 de agosto de 2016


JOSÉ EVERALDO VIEIRA FREIRE
OAB/PB N.º 11932


CARLOS ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR
OAB/PB N.º 22493


EVANEIDE CARNEIRO DE ANDRADE


ARLAN DE ALBUQUERQUE FERREIRA



Scanned by CamScanner

ANEXO C



Tribunal de Justiça da Paraíba
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

05/10/2017

Número: **0803524-96.2016.8.15.0331**Classe: **PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Santa Rita**Última distribuição : **28/09/2016**Valor da causa: **R\$ 880.0**

Assuntos:

Segredo de justiça? **NÃO**Justiça gratuita? **SIM**Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
AUTOR	EDICLEIDE COSTA LIRA
RÉU	MARIA JOSÉ DE SANTANA
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SANTA RITA – ESTADO DA PARAÍBA.

EDICLEIDE COSTA LIRA, brasileira, desempregada, portadora da cédula de identidade RG nº

3.695.503 2º Via SSP/PB, inscrito (a) no CPF nº 099.306.774-37, residente e domiciliado (a) na Rua Felix Araújo, n 19, Bairro Tibiri, Santa Rita - PB, por Defensora Pública, que a esta subscreve, sem instrumento procuratório, com base nos termos do artigo 98, caput, do Código de Processo Civil, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 1.723 do Código Civil, ajuizar a presente:

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL “POST MORTEM”

Em face dos herdeiros do falecido: **MATHEUS COSTA DE SANTANA**, menor, filho do falecido juntamente com a autora desta ação e a mãe do falecido, Sra. **MARIA JOSÉ DE SANTANA**, residente e domiciliada à Rua Terezinha Batista Hadima, n 85, Bairro Várzea Nova, Santa Rita – PB.

EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE:

FABRICIO DE SANTANA, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.655.936-0 SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 089534267-74, falecido em 03-04-2012, conforme certidão de óbito anexa.

I – PRELIMINARMENTE

A Autora pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurado pela Constituição Federal, artigo 5ºLXXIV e nos termos da Lei Federal n.º1060/50, vez que declara-se pobre na acepção jurídica do termo e não possui condições para suportar as despesas do processo sem privar-se dos recursos para seu próprio sustento, conforme declaração acostada aos autos.

II - DOS FATOS

A requerente e o falecido conviveram em União Estável por cerca de 5 (cinco) anos, sendo referida convivência pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, conhecida por parentes e amigos.

A união estável entre ambos foi marcada pela convivência pública, notória, contínua, ininterrupta e com o objetivo de constituir família.

Referida união persistiu até o falecimento de seu companheiro em 03 de abril de 2012. Durante a constância da união estável, sobreveio um filho, **MATHEUS COSTA DE SANTANA**, de 7 (sete) anos de idade.

Na constância da união o casal comprou um imóvel, no endereço Rua Felix Araújo, n 19, Bairro Tibiri, Santa Rita – PB, no qual residem a autora e o filho menor, que, quando homologada a união estável, serão os únicos herdeiros.

A requerente já sofreu ameaças da mãe do requerido, a senhora Maria José de Santana, já acima qualificada, para que saísse do imóvel.

A requerente possui documentos e fotografias que comprovam a união, os quais seguem anexos à presente.

III.DO DIREITO

A constituição federal no artigo 226 protege a união estável, consignado que (*verbis*):

"Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento"

Mesmo antes do advento da atual Carta Constitucional a pretensão da autora já encontrava amparo com fulcro na sociedade de fato.

Já a Lei 9.278/96 e posteriormente o Código Civil de 2002, estabeleceram os parâmetros para que a união possa ser entendida como entidade familiar, regulamentando a disposição constitucional, veja:

Art. 1.723CC. "é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública contínua e duradora estabelecida com o objetivo de constituição de família."

Cumpre, portanto, ressaltar que *in casu* estão presentes todos os requisitos para que a união seja alçada à condição de entidade familiar, portanto, valorizada e em várias situações equiparada ao casamento, a saber; convivência duradoura, pública, contínua, e finalmente, o objetivo de constituir família.

A lei 9.278/96 regulamentar o § 3o do artigo 226 da Constituição Federal, que reconhece a união estável entre homem e mulher, como entidade familiar.

Estabeleceu seu artigo 1o, ser reconhecida como tal, a convivência pública e contínua de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Discriminando o artigo 2o, que deveres e direitos de cada um deles, devem ser iguais.

Para, no artigo 5o estabelecer que "os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito."

No parágrafo único do artigo 7o, previu o legislador a dissolução da união estável por rescisão, com efeitos alimentares e patrimoniais.

Impondo-se a regra de que cada qual ficará com cinquenta por cento (50%) dos bens adquiridos durante a relação concubinária, ainda que adquirido por somente um dos partícipes, equiparou-se tal determinação ao contido no artigo 271-I do Código Civil, que trata do regime de comunhão parcial de bens, observando-se ainda, igualdade no que se refere à comunhão dos frutos civis do trabalho (art. 271, VI)

que, no caso se somam no que se refere à aquisição de bens móveis e imóveis, comunicando-se assim os “aquestos”, salvo os bens que advierem ao convivente por doação ou sucessão, pois exige-se, pelo texto do artigo 5o, acima mencionado, que tal aquisição se dê a título oneroso. Excepcionam-se ainda da comunhão, os bens adquiridos com o produto de bens adquiridos anteriormente ao início da união.

Tem-se assim que se um dos conviventes ao ingressar na união concubinária já tiver bens patrimoniais e deles se utilizar, por exemplo, para adquirir novos bens, estes não se comunicarão, ou seja, continuarão a pertencer somente ao convivente que já os possuía.

Assim, rompido o relacionamento, tratado pela Constituição Federal como verdadeiro núcleo familiar, estabeleceu a nova lei, a competência da Vara de Família para conhecer e decidir sobre os impasses e lides dele resultantes.

Com efeito, certo é que tal dispositivo acabou, inegavelmente, por elevar a companheira de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, à categoria de cônjuge supérstite referido no inciso III do artigo 1.603 do Código Civil, numa intenção clara do legislador de beneficiar a convivência “more uxório”, até então, à margem do mundo jurídico.

Assim, exatamente, leciona MARIA HELENA DINIZ quando afirma que “o consorte, ou o companheiro sobrevivente, só herdará na ausência de descendente e ascendente; os colaterais até o quarto grau, se inexistirem ascendentes, descendentes e cônjuge supérstite” (Código Civil anotado, São Paulo, Saraiva, p. 918).

Da mesma forma LIA PALAZZO RODRIGUES, afirma que:

“... o companheiro está incluído na ordem de vocação hereditária na qualidade de herdeiro legítimo, tal qual o cônjuge sobrevivente.” (Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial, v. 72, abr/jun, 1995, p. 23).

“Provada à saciedade a existência de união estável id est, entidade familiar, com aparência de matrimônio, que só se dissolveu com a morte do companheiro, sem deixar descendentes ou ascendentes, a companheira tem hoje proteção constitucional, ex vi do artigo 226 da Lei Maior, e direito a perceber a totalidade dos bens deixados pelo de cujus...”

“Inventário requerido por colateral. Considera-se írrito o processo de inventário aberto por irmão do de cujus quando no caso é sucessora a companheira do extinto e, segundo o artigo 1.611 do Código Civil, ela é quem tem legitimidade para tal, na ausência de descendentes ou ascendentes...” (TJGO, Concubinato, Adcoas, Rio de Janeiro, Esplanada, 1995, p. 51).

“Provada a existência da sociedade de fato, só dissolvida com a morte do concubino, que não deixou descendentes ou ascendentes, cabe à companheira supérstite o direito a perceber a totalidade dos bens deixados pelo de cujus, conforme se depreende da leitura do artigo 2o, III, da lei 8.971/94.” (Ap. 130.323/9, 5a Câmara, j. 25.02.1999, rel. Des. Aluizio Quintão – TJMG).

Informa outrossim, que necessita do reconhecimento da união estável a fim de que possa ser transferido o único bem do casal para segurança do filho menor, o imóvel.

IV. DOS PEDIDOS: Diante

do exposto, requer:

- a) Que se digne Vossa Excelência, depois de ouvir o douto representante do Ministério Público, julgar PROCEDENTE a presente ação, sendo declarado o reconhecimento da União Estável para que produza seus efeitos jurídicos e legais, com a partilha dos bens comuns;
- b) A intimação do ilustre representante do Ministério Público para que acompanhe o feito;
- c) A citação de todos os réus para responder a presente ação, no prazo legal;
- d) Finalmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, vez que a autora se declara pobre no sentido jurídico do termo, conforme declaração anexa.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente pela produção de prova documental e testemunhal.

Não obstante inestimável, dá-se ao pleito o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para fins fiscais.

Nesses Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Santa Rita, 28 de setembro de 2016.

MÁRIA DE FÁTIMA DE SOUSA DANTAS

Defensora Pública OAB/PB nº 5141 HYNGRID

LORENN A. FRADE

(Estagiário)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SANTA RITA – PB

Autos do Processo nº 0803524-96.2016.8.15.0331

MARIA JOSÉ DE SANTANA, brasileira, solteiro, aposentada, portadora do RG n.º 24.322.583-6 e do CPF n.º 835.712.057-15, residente e domiciliada na Rua Terezinha Batista Hadima, nº 85, Várzea Nova – Santa Rita/ PB, por seu Defensor (a) Público (a) infra-assinado (a), sem instrumento procuratório, nos termos do parágrafo único do Art. 98 do Código de Processo Civil, requerendo os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, vem perante

V. Exa., propor a presente

CONTESTAR

os fatos alegados na solicitação de **AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO**

ESTÁVEL “POST MORTEM”, nos autos do processo em epígrafe, que lhe move

EDICLEIDE

COSTA LIRA, qualificados nos autos do processo, o que faz nos seguintes termos:

DOS FATOS

AAção de Reconhecimento e Dissolução de União Estável “POST MORTEM”– autos do processo n.º 0803524-96.2016.8.15.0331- foi proposta por **EDICLEIDE COSTA LIRA**, que buscou a tutela jurisdicional para que pudesse reconhecer a sua União Estável.

A requerida não nega que seu filho viveu em união estável com a requerente durante o período de 03 (três) anos. Mas que antes do *de cujus* vir a falecer ambos já estavam separados, inclusive a mesma já possuía um filho pequeno de um novo relacionamento. Insta ressaltar, que a requerente é suspeita em participação da morte do falecido.

Com relação ao imóvel, situado na rua Félix Araújo, nº 19, Tibiri, Santa Rita – PB. O imóvel referido foi adquirido antes da união estável, conforme documento em anexo.

Em momento algum a requerida ameaçou a promovente desta ação para que saísse da casa,

inclusive deixou de bom grado que mesmo após o falecimento de seu filho a mesma permanecesse em sua residência. Tendo em vista, que o filho da mesma é neto da promovida. Permanecendo até a data de hoje morando na casa sem ter que pagar nada, a não ser as despesas pertinentes a casa.

DOS REQUERIMENTOS

-

Pelo exposto, requer-se:

- a) A improcedência parcial dos pedidos. Reconhecendo apenas a União Estável, pois o imóvel foi comprado antes do *de cujus* adquirir a união estável;
- b) Os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil;
- c) Protesta alegar por todos os meios de provas em direito admitidas;

Mediante todo o alegado e pelas provas apresentadas, seja recebida a presente CONTESTACAO em todos seus termos.

Neste termos

Pede e espera deferimento.

Santa Rita (PB), 13 de dezembro de 2016.

MARIA DE FÁTIMA SOUZA DANTAS

DEFENSORA PUBLICA

OAB-PB-5141

STEPHANIE RAYSSA DA COSTA ALMEIDA

ESTAGIÁRIA

ROL DE TESTEMUNHAS:

Nazareno José da Silva, rua Selina Lins Modesto, nº 193, Santa Rita.

Maria José da Silva Benjamim, rua projetada, Lerolândia, Santa Rita.

Creuza Mariano da Silva, rua Senador Marcondes Gadelha.



ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FÓRUM DA COMARCA DE SANTA RITA
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

Processo Nº 0803524-96.2016.8.15.0331

Ação: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

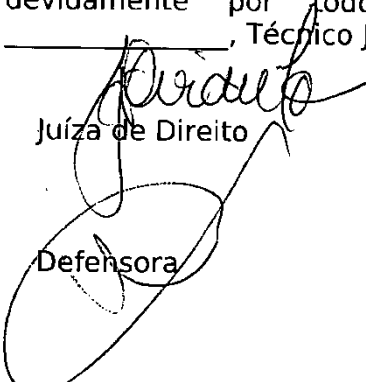
Parte Autora: EDICLEIDE COSTA LIRA

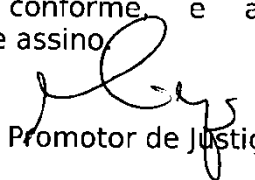
Parte Promovida: MATHEUS COSTA DE SANTANA e MARIA JOSÉ DE SANTANA

TERMO DE AUDIÊNCIA CÍVEL

Ao(s) 5 de abril de 2017, às 14:06 horas, na sala de audiências da 3ª Vara, no Fórum Juiz João Navarro Filho, onde se encontravam a Exma. Dra. ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, Juíza de Direito e do DR. FRANCISCO LIANZA NETO, Promotor de Justiça e da Defensora e da Curadora nomeada nesta oportunidade para o menor MATHEUS COSTA DE SANTANA. Feitos os pregões, compareceram as partes e foi tentada uma conciliação da lide, obtida da seguinte forma: 1) Que as partes acordaram que a união estável iniciou-se em meados de 2007 e findou em 03 de abril de 2012 com a morte do companheiro FABRÍCIO DE SANTANA; 2) Da união do casal nasceu apenas um filho MATHEUS COSTA DE SANTANA; 3) Na presente audiência, as partes formularam acordo em relação ao direito de visitas da avó paterna, SRA. MARIA JOSÉ DE SANTANA, em favor do neto MATHEUS COSTA DE SANTANA, a ser exercido quinzenalmente, aos sábados e/ou domingos, das 08:00 horas da manhã do sábado até o domingo às 18:00 horas, podendo o menor pernoitar na casa da avó, iniciando o direito de visitas no próximo dia 08/04/2017. Dada a palavra à defensora e curadora, requereram a homologação do acordo formulado com o reconhecimento e dissolução da união do casal existente no período acima especificado. Dada a palavra ao Ministério Público, disse: M.M. Juíza: conforme o acordo celebrado pelas partes nesta audiência onde restou reconhecida pelas partes a união estável havida, opina este Órgão Ministerial pela homologação nos termos celebrados. Pela MM. Juíza foi prolatada a seguinte sentença: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. ACORDO. PARECER FAVORÁVEL DO MP. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO FORMULADO. Vistos, etc. A parte autora ingressou com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável contra MATHEUS COSTA DE SANTANA e MARIA JOSÉ DE SANTANA. Designada audiência, conforme determinado no NCPC. Designada esta audiência de conciliação, as partes chegaram ao acordo acima formulado. ISTO POSTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes, e o faço com fundamento no ART. 226, § 3º da Constituição Federal c/c o art. 487, inc. III do N.C.P.C, c/c o art. 1.723 do Código Civil vigente e declaro reconhecida e dissolvida a união Estável havida entre EDICLEIDE

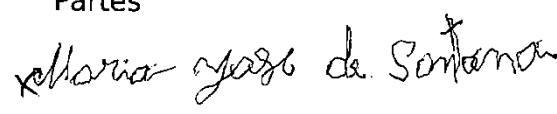
COSTA LIRA e FABRÍCIO DE SANTANA no período compreendido de meados de 2007 até 03/04/2012 (data da morte do companheiro). Publicada em audiência, ficam as partes já intimadas, registre-se. AS PARTES RENUNCIAM AO PRAZO RECURSAL COM CORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Arquive-se. Nada mais havendo a tratar mandou a MM Juíza encerrar o presente termo que fica devidamente por todos lido, estando conforme, e assinado. Eu, _____, Técnico Judiciário que digitei e assino.


Juíza de Direito


Promotor de Justiça

Defensora

Partes


x Maria Yago de Santana


x Edicleide Costa Lira



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SANTA RITA/PB - JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

Rua Virgínio Veloso Borges, s/n, Alto dos Eucaliptos

Santa Rita-PB CEP.:58.300-270 Fone: (83) 3217-7122

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a sentença prolatada nos autos transitou em julgado no dia 05/05/2017 , sem recursos das partes.

25 de setembro de 2017

MARIA DE FATIMA FERNANDES LIRA

Servidor Judiciário